

Encarte digital

Análise sociológica e linguística de narrativas

Sociological and linguistic analysis of narratives

Fritz Schütze*

Resumo: Abstraindo das formas clássicas de aplicação da análise de narrativas na comunicação cotidiana bem como da linguística e da sociologia, é concebível que se possa identificar constelações de interesses e um cerne de aptidões sociais, tanto gerais quanto vinculadas a determinados assuntos, por meio do processamento retrospectivo das próprias experiências de ação em narrativas orais espontâneas. A disposição para narrar histórias vivenciadas pela própria pessoa obriga esta a entrar em detalhes, pois quando se narram ações que aconteceram, suas respectivas consequências também precisam ser narradas como novas ações etc. Essa obrigação de detalhamento da exposição narrativa compreende também conjuntos de interesse do narrador existentes à época e, ao menos em parte, ainda existentes quando da narração, pois elas são, em sua eficácia motivacional, elementos constitutivos dos acontecimentos a serem narrados. Por outro lado, histórias vivenciadas pessoalmente apontam, em função de seu caráter retrospectivo, para contextos maiores e os graus de capacidade para a ação podem ser avaliados a partir da forma como se lidou com esses contextos. Entretanto, ambos os questionamentos só são legítimos na medida em que esteja dado o pressuposto básico da análise sociológica de narrativas aqui proposta, ou seja, de que a história concreta narrada não tenha a ver só com contextos pessoalmente vividos de modo subjetivo ou até fictício, e sim com contextos de ação *ocorridos*. Esse pressuposto da análise sociológica da narração de histórias pode ser justificado, com vistas à respectiva narrativa concreta, como suposição plausível pela ideia de que a narração de histórias vivenciadas pela própria pessoa, contanto que sejam realmente narradas, precisa conservar na exposição o fio condutor da concatenação temporal e causal de acontecimentos ocorridos em sua respectiva relação com o portador da história e das ações. Nesse sentido, reproduz as condições e orientações existenciais do sistema atual de ações em dimensões parciais importantes (abstraindo da camada das definições atuais da situação).

Palavras-chave: Narrativas. Análise de narrativas. Análise sociológica de narrativas.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de Münster e livre-docente pela Universidade de Bielefeld (Alemanha), desde 2009 é professor emérito do Instituto de Sociologia da Otto-von-Guericke-Universität Magdeburg, Alemanha. Texto publicado originalmente em: *Internationales Jahrbuch für Wissens- und Religionssoziologie – International Yearbook for Sociology of Knowledge and Religion*, v. 10, p. 7-41, 1976. Tradução do alemão, com apoio do CNPq (edital 15/2011): Luis Marcos Sander; revisão: Wivian Weller. Publicado com autorização do autor.

Civitas	Porto Alegre	v. 14	n. 2	p. e11-e52	maio-ago. 2014
---------	--------------	-------	------	------------	----------------



Abstract: Apart from classical ways of using narrative analysis in everyday communication as well as in linguistics and sociology, it is conceivable to detect the narrator's interest constellations and a central stock of his general action capacities and specific institutional skills by way of his retrospective interpretation in verbal off-hand narratives of his own past conduct. His willingness to tell about personal experiences gets him into constraints to become more specific on the one hand, for if events are being told their respective consequences as new events have to be revealed etc. This constraint to become more specific brings up the narrator's former and partly (at the time of the narrative) still existent actual interest constellations, because those are motivating, constituting elements of the events to be told about. On the other hand personally experienced stories point at wider action contexts and interrelationships (due to their retrospective character), and the kind in which narrators take account of these action contexts and interrelationships reveals something about their different degrees of action capacities. Both questions are only legitimate if we have the pre-condition of the sociological narrative analysis as proposed here: that the action contexts in the narrative are not just subjectively or even fictiously self-experienced, but *really accomplished*. This pre-condition of sociological narrative analysis can be justified as a plausible imputation by the following aspect: as long as personally experienced stories are really told as off-hand narratives, the telling of them has to keep up the red line of temporal and causal linkage of past experiences in their respective relationship with the narrator, who at the same time is one of the central persons of action or at least of suffering in the story. In that respect telling those stories reproduces the existential conditions and orientations of the actual action system in important dimensions (except the layer of actual definitions of the situation).

Keywords: Narratives. Narrative analysis. Sociological narrative analysis.

1 Definição dos fenômenos “história” e “narrativa”¹

Tanto na linguística quanto nas ciências sociais *stricto sensu*, pode-se observar uma tradição –ainda que recessiva– de pesquisas sobre exposições narrativas de membros da sociedade e seus motivos próprios ou como sintomas ou representações de sequências de acontecimentos ou campos temáticos subjacentes (van Dijk et al., 1973; Labov e Waletzky, 1973; Köngäs-Maranda e Maranda, 1973; Schatzman e Strauss, 1955).

Nesse caso, propõe-se entender “história” como sucessão de acontecimentos concretos ou fictícios que: a) estão inter-relacionados numa seqüência temporal ou causal; b) no conjunto, ainda que certamente não em todos os aspectos, são vividos ou “sofridos” (para usar a formulação aristotélica – cf. van Dijk et al., 1973, p. 53-55), por seres dotados de intenções

¹ Pelas críticas minuciosas, comentários e sugestões de melhoria, que me fizeram revisar o texto inteiramente, agradeço cordialmente a Ralf Bohnsack, Werner Meinefeld, Gerhard Riemann, Ansgar Weymann (todos de Bielefeld), Ernst Heitmann (Aurich) e Dieter Wunderlich (Düsseldorf).

e autoconsciência, que necessariamente, ou pelo menos parcialmente, também os evocam; c) são relatados por uma ou mais pessoas, num contexto abreviado, a destinatários reais ou potenciais. Portanto, histórias são sempre objeto de narrações organizadas com base na sequência cronológica dos acontecimentos históricos, nos quais se relata a respeito destes últimos. Abstraindo-se *flashbacks*, inserções e “montagens de marcos” semelhantes, pode-se afirmar, com base em Labov e Waletzky (1973, p. 96), que a sequência dos segmentos narrativos parciais do relato corresponde necessariamente à sequência dos acontecimentos relatados.

Pode-se considerar como estrutura básica da narrativa a exposição oral retrospectiva de experiências próprias realizadas no universo cotidiano (no contexto de ações vivenciadas e que, em parte, continuaram de forma ativa), de experiências que o falante comunica diretamente a um ouvinte que está presente no momento da fala. Essa assunção corresponde à nossa concepção de que as instituições sociais do âmbito das ações, da qual a narração também faz parte, encontram-se, em suas formas mais simples do ponto de vista da teoria do desenvolvimento, no nível das interações “face a face” ou interações diretas no universo cotidiano (Mead, 1968, parte 4; Schütz, 1962, p. 208-229). A função básica de narrativas –fazer com que pessoas não envolvidas participem, de maneira mediada, de constelações de acontecimentos relativamente coesos em si, isto é, de histórias–, é realizada de uma forma elementar e pura neste caso.

Em interações diretas no universo cotidiano, o narrador pode constatar, de modo simples e flexível, as informações que o ouvinte necessita para poder vivenciar de forma mediada a história a ser contada. Nessas interações, o ouvinte consegue manifestar de modo simples e flexível seu interesse por determinados aspectos dessa vivência mediada, garantindo condições básicas para esta última por meio da solicitação de mais informações de fundo. A harmonização e o balanceamento mútuos e sincrônicos dos interesses comunicacionais que ocorrem em interações diretas no universo cotidiano não são possíveis em contatos interacionais mediados, por exemplo, através de correspondências por cartas. E no caso de comunicações entre autor e destinatários anônimos (particularmente comunicações de natureza literária) falta, além disso, a *especificidade* da calibração de interesses. Em outras palavras: ela só acontece unilateralmente através da antecipação das reações do público pelo autor.

Mas o dito acima não é suficiente. Uma vez que, no tipo de narrativa que colocamos em primeiro plano, o próprio falante viveu como agente a história a ser narrada, ele tem diante dos olhos sua “forma de acontecimento”

de modo particularmente definido e com seus detalhes assegurados, pois seus próprios interesses de ação passaram a fazer parte de tal história como elemento estruturante. Além disso, o narrador de uma história que ele próprio viveu pode ir ao encontro, de modo praticamente ilimitado, da necessidade de informações básicas adicionais por parte do ouvinte. Na narração de histórias vivenciadas por outros (“histórias de segunda mão”) falta o elemento estruturante dos interesses diretos de ação, e, por isso, a vivência da forma da história muitas vezes não é tão intensiva (também para o narrador) quanto o é no caso de histórias vivenciadas pessoalmente.² Além disso, o estoque de informações básicas relevantes sobre a história se esgota em pouco tempo.

Toda narrativa é, por princípio, interação e está sujeita à dupla contingência do processo interacional de não só poder partir dos próprios impulsos para a atividade, mas de levar também em consideração os impulsos do(s) parceiro(s) da interação (Parsons, 1968, p. 436-437) – ainda que, no caso de narrativas voltadas a públicos anônimos, só se possa corresponder a essa necessidade mediante uma antecipação geral. Entretanto, no caso da narração oral de histórias vivenciadas pessoalmente, realizadas por meio do “contato face a face”, a conjunção dos interesses do narrador pela transmissão e do ouvinte pela vivência posterior da constelação de acontecimentos a ser narrada pode ser observada de modo particularmente claro e simples. Além disso, as mais elementares restrições do processo narrativo – como a inibição do narrador de revelar certas ações porque seus próprios interesses estão em jogo e/ou porque as respectivas ações possivelmente não sejam passíveis de legitimação; a inibição do ouvinte de manifestar interesse e benevolência porque acha a narrativa tediosa, porque não pode se identificar com as decisões sobre ações expostas na narrativa ou com avaliações de acontecimentos nela transmitidas – podem ser observadas e analisadas de modo imediato em termos de seu efeito direto sobre o parceiro da interação e no efeito reativo deste sobre o iniciador original da interação.³

No caso da narração oral de histórias vivenciadas pessoalmente no marco de “contatos face a face”, o ouvinte não é um receptor (relativamente) passivo, e sim parceiro (relativamente) ativo da interação, pois, em seu papel de ouvinte, ele tem interesses a manifestar, perguntas a fazer, avaliações a apresentar, que se tornam diretamente relevantes para a construção do processo

² Nota da revisora: O autor utiliza no original a expressão “erlebte Geschichte”. A tradução literal corresponde a “histórias vivenciadas”. Essa expressão também está associada à tese de que uma história vivida, quando narrada retrospectivamente, é novamente atualizada ou “vivenciada” pelo narrador.

³ Justamente isso é de interesse especial para a pesquisa sociológica de campo (cf. Schütze, 1975b, seção 4).

narrativo (em outros tipos de narrativa, a influência do destinatário só se faz sentir de maneira atenuada). Enquanto que nos tipos derivados de narrativa existe, muitas vezes, uma pré-formação institucional do processo narrativo, que determina os papéis do narrador e do ouvinte a longo prazo, um falante que narra histórias vivenciadas pessoalmente em uma comunicação direta efetiva, precisa primeiro produzir, ele mesmo, de modo relativamente penoso, as condições para o desempenho bem-sucedido do papel de narrador e do papel de ouvinte e mantê-las continuamente. Isso porque na comunicação direta no universo cotidiano existe a tendência de se atribuir peso relativamente igual às contribuições discursivas dos parceiros envolvidos na interação, tanto orientando-se pelo ideal da igualdade interacional da comunicação linguística (cf. Schütze, 1975a, seção 10.3), quanto a partir da tendência de situar as próprias atividades no marco de uma economia defensável do desempenho de cada um dos participantes.

O falante que narra histórias vivenciadas pessoalmente na comunicação direta no universo cotidiano só consegue superar as barreiras psíquicas, fazer com que a distribuição desigual das contribuições discursivas o favoreça ou produzir o necessário monopólio discursivo por parte do narrador, isto é, só consegue sustentar os esforços do papel de narrador durante um período de tempo mais longo, se puder, de fato, partir dos seguintes pressupostos: a) O ouvinte está realmente interessado em interagir comunicacionalmente com o falante (cf. Grice, 1975, cap. 2); b) O ouvinte tem interesse em que o falante lhe conte uma história sobre um tema visado e com um conteúdo visado. Particularmente: a história deve oferecer ao ouvinte efeitos de novidade ao menos em certos aspectos. Contudo, nas conversas comuns ou triviais do cotidiano –principalmente quando os parceiros da interação, como, p. ex., cônjuges, amigos e vizinhos, encontram-se continuamente no transcurso do dia–, esse interesse pela novidade não precisa, de fato, ir além de uma curiosidade moderada, de um mero prestar atenção. Além disso, não se debate o caso de interações cuja estrutura de poder não é igualitária, em que o ouvinte é obrigado a ouvir a história do parceiro que domina a interação por ter interesse em evitar sanções severas;⁴ c) O ouvinte está de acordo com a forma especial como a história é contada pelo falante. Ele entende os pressupostos tácitos relativos ao conteúdo da narrativa apresentada. Irá utilizar pontos em que poderia assumir o discurso (Sacks et al., 1974) para fazer perguntas, caso necessite de mais informações de fundo. Por isso, o falante não precisa fazer

⁴ Quanto a interações e comunicações não igualitárias em geral, cf. Schütze (1975a, seções 9.9 e 10.1).

um relato detalhado: ele pode limitar-se, em grande parte do relato, a alusões resumidas (cf. Garfinkel e Sacks, 1990); d) O ouvinte está de acordo com os pressupostos tácitos relativos do aspecto da interação ou da relação atualizada entre falante e ouvinte (cf. Watzlawick et al., 1969, p. 53-56, 61-71). Esse aspecto contém particularmente a tentativa do falante de conquistar o ouvinte para sua própria definição da realidade social (cf. Garfinkel, 1973, p. 190-195) e a forma como o ouvinte lida com essa tentativa. Além disso, o ouvinte –isso também faz parte dos pressupostos tácitos relativos ao aspecto da relação efetivada entre falante e ouvinte– também está de acordo com as avaliações sobre os acontecimentos da ação propostas pelo falante na narrativa.

Para que o falante possa partir de tais pressupostos necessários na comunicação narrativa, o ouvinte precisa, continuamente, manifestar interesse em pontos previstos, documentar sua atenção, transmitir confirmação e incentivo, bem como solicitar elucidacões. Isso acontece primordialmente através de fenômenos paraverbais (por exemplo, “mhm mhm” ou risos), de gestos (como a expressão facial ou o balanço da cabeça). Esses fenômenos podem ser empregados em sincronia com o transcurso dos atos de fala da narrativa e não os perturbam. Também isso explica o *status* fundamental de narrativas de histórias vivenciadas pessoalmente na comunicação direta no universo cotidiano. Nesse contexto, o que nos interessa não é só a característica de que as histórias são narradas em contatos face a face, mas justamente a qualidade do tipo de narrativa, a saber, a apresentação de histórias *vivenciadas pessoalmente*. Apenas em histórias vivenciadas pessoalmente o narrador pode levar em consideração, de modo extraordinariamente amplo e flexível na respectiva situação, aspectos e avaliações do conteúdo da narrativa bem como a dosagem dos detalhamentos do conteúdo da narrativa, levando em conta as necessidades, avaliações e reações manifestas do ouvinte – sem perder de vista a “forma” da história em seu conjunto. No caso da narração de histórias “de segunda mão”, a margem de liberdade narrativa em relação às ações, isto é, a contingência decisória ou a liberalidade do narrador para “expandir a história” e “reduzi-la”, é bem mais restrita – embora, naturalmente, também neste caso o narrador reaja de modo relativamente flexível aos pontos mencionados no comportamento do ouvinte.

Dizendo-o de forma resumida, o tipo de narrativa que colocamos em primeiro plano, o da recapitulação oral de histórias vividas pessoalmente na comunicação direta no universo cotidiano, representa –em comparação com outros tipos de narrativa, de modo particularmente intensivo–, o produto conjunto da interação do narrador e do ouvinte como agentes comunicacionais. Mas também nos casos de transmissão generalizante e/ou anônima, como, por exemplo, na produção dos textos narrativos escritos que não se dirigem

a destinatários especiais, conhecidos dos produtores dos textos (diários, notas narrativas para a “posteridade”, textos literários), o narrador da história precisa necessariamente antecipar ao menos os tipos de reações mais gerais dos possíveis receptores.

Partindo da tese de que o tipo básico da narração de histórias é a recapitulação oral de experiências próprias na comunicação direta no universo cotidiano, pode-se derivar seis conclusões da proposta de definição do fenômeno “narração de histórias”:

1. Uma história precisa mostrar ao menos *uma* unidade social – normalmente, ao menos *um* indivíduo– que, como paciente e agente contínuo (Aristóteles, *Poética*, cap. 3), concatena mutuamente os acontecimentos narrados através de transformações processuais de seu estado psíquico e social: o portador da história (van Dijk et al., 1973, p. 54, 68-69).

2. Em princípio, o(s) próprio(s) portador(es) da história, que, ao menos ficticiamente, na alegação do narrador, encontra-se parcial ou inteiramente dotado(s) da consciência de que sofre(u/ram), vive(u/ram) e também causa(ou/ram) a história, é(são) quem(aqueles que) deveria(m) poder contá-la: ao(s) narrador(es) da história –que, no caso prototípico, é(são) idêntico(s) ao(s) portador(es) da história ou é(são) seu(s) parceiro(s) de interação em, ao menos, algumas das cenas interacionais relatadas– é atribuída competência comunicacional. Por conseguinte, é possível concluir que o mesmo conjunto fundamental de regras básicas da ação comunicacional se aplica –ao menos de forma fictícia na suposição (temporária ou geral) do narrador– parcial ou integralmente tanto ao portador quanto ao narrador da história no nível de comando da sociedade especificamente humana; regras básicas para assumir a perspectiva de parceiros interacionais, para produzir uma plataforma de entendimento comum aos parceiros interacionais, aplicar interpretativamente um conjunto geral de orientações normativas e conhecimentos a situações interacionais especiais de forma a desenvolver e sustentar figurações ativas, estratégias de interação etc. (cf. Garfinkel, 1973, p. 22-42; Bohnsack, 1973, cap. 1; Schütze 1975a, seções 9.51, 11.1, 11.6).⁵

⁵ A conclusão que acaba de ser formulada se aplica *factualmente*, em princípio, também a narrativas sobre pessoas portadoras de deficiência psíquica, pois estas, dependendo do tipo e do grau de gravidade da doença, *factualmente* ainda dominam esferas específicas mais ou menos grandes da competência nas regras comunicacionais básicas – cf. Schütze (1975a, seção 9.62) – e *ficticiamente*, em princípio, também a narrativas sobre seres extra-humanos como deuses, animais etc. Estes são humanizados na história ficticiamente apresentada.

3. A apresentação dos acontecimentos pelo narrador da história é retrospectiva: todos os acontecimentos relatados são construídos e relatados pelo narrador da história a partir do ponto de vista central de um alvo ou situação final que já se conhece. O narrador da história está na posição de um historiador, que vê os acontecimentos a serem relatados como acontecimentos passados e, por isso, também conhece suas respectivas consequências e sua respectiva importância (Danto, 1968). Por isso, ele pode destacar dentre o fluxo de acontecimentos efetivamente ocorridos aquilo que, em sua opinião, é particularmente essencial para o alcance do estágio final da sequência de acontecimentos apreendida numa figura histórica conjunta: ele pode colocar os acontecimentos únicos a serem relatados no contexto de uma estrutura global, que se expressa, por exemplo, nos estágios prelúdio/exposição/orientação, no surgimento de fatores de crise/complicação, confrontação/crise/ápice, no desenrolar da crise/arbitragem/solução, bem como no estágio final/conclusão (cf. Labov e Waletzky, 1973, p. 111-125; van Dijk et al., 1973, p. 69-70; Güllich, 1973). O narrador da história também pode contar uma história ficticiamente futura, mas até mesmo essa história é narrada retrospectivamente, isto é, a partir de um estágio final apresentado (cf. Schütz, 1974, p. 279).

4. *Toda* narrativa de histórias –de modo particularmente intensivo, toda narrativa oral de histórias– contém não só uma figura conjunta de acontecimentos passados, mas também uma mediação implícita desses acontecimentos com constelações de problemas especiais ou mais globais no momento da situação da narrativa, que possam ser relevantes para os parceiros da interação na interpretação da situação atual de vida ou na superação dos problemas interacionais, que sejam comuns a ambos, ao menos em certos aspectos (e, por isso, precisam apresentar um certo grau de compartilhamento e generalidade). Pode-se afirmar, em primeiro lugar, que essas constelações de problemas estão geralmente associadas à circunstância de que existe um desnível informacional entre os parceiros da interação que os leva à comunicação narrativa, isto é, à transmissão retrospectiva de experiências. Em outras palavras: existe um “agregado central” de membros da respectiva sociedade local que vivenciaram as constelações de problemas que estão em pauta de maneira especialmente intensiva e autêntica. Em segundo lugar, essas constelações de problemas que, na época da situação da narrativa, foram conjuntamente relevantes em termos de interpretação e/ou de ação, são, em aspectos parciais e/ou segundo seu tipo geral, objeto temático da narrativa. Existe, portanto, uma coesão temática ao menos parcial e/ou figurada entre a constelação sociocultural de problemas em que a situação

narrativa está inserida e o contexto sociocultural de problemas da história relatada. Em terceiro lugar, o conjunto de características da constelação sociocultural de problemas em que a situação narrativa atual está inserida é *codeterminante* para o modo particular de apresentação da narrativa.

Para a fundamentação da afirmação acima, dividida em três partes, pode-se propor a argumentação a seguir. Como processo interacional do mundo da vida, o processo da narrativa está situado no marco de constelações socioculturais de problemas comuns aos parceiros comunicacionais. Essas constelações de problemas –em parte, de natureza global, por exemplo, os efeitos de um temporal que castigou os moradores de uma cidade– refletem-se, no nível da interação, em questões interpretativas de ações efetivas que implicam, entre os parceiros da interação, uma atitude geral difusa de curiosidade em relação a todo o complexo sociocultural de problemas que está por detrás do acontecimento e, além disso, de questões específicas referentes a aspectos particulares desse complexo de problemas. As questões interpretativas e de ações efetivas só podem, em parte, ser abordadas quando os parceiros da interação trocam as experiências realizadas com acontecimentos históricos específicos em exposições retrospectivas, que eles recapitulam passo a passo. O(s) parceiro(s) da interação que, de acordo com sua(s) necessidade(s) de informações, acha(m) que sabe(m) muito pouco sobre a sequência de acontecimentos que lhe(s) interessam, tornam-se ouvinte(s); aquele(s) que acha(m) ter vantagem em termos informacionais se torna(m) narrador(es). Existem situações narrativas que são iniciadas pelo narrador, pois este pressupõe uma respectiva necessidade de informações por parte do ouvinte; e existem situações narrativas em que o ouvinte presuntivo induz a história por meio de perguntas narrativas. O ouvinte, entretanto, sempre tem de deixar continuamente claro que está interessado na narração da história. E o narrador tem a tarefa de fazer com que o ouvinte se interesse pela história. Por isso ele precisa antecipar o interesse –o tipo particular de curiosidade, a pergunta e o problema– do ouvinte.

Dito de outra forma: na constelação de problemas relatados na história, o narrador precisa levar em conta seu próprio interesse e o interesse do(s) ouvinte(s) envolvido(s), constituindo uma situação plausível para este(s) e, em princípio, passível de ser tematizado. Mas isso só é possível se o narrador comunicar, pelo menos indiretamente, o quadro da narrativa, seus elementos paralelos (como a inserção de distanciamentos irônicos, avaliativos ou críticos de figuras legitimadoras, bem como de pressupostos comuns), suas modalidades narrativas (realidade, ficção, possibilidade/boato etc.) partir de aspectos da constelação de problemas socioculturais

que sejam relevantes, em termos da situação atual, para o ouvinte e para o narrador *conjuntamente* (devendo, para tanto, exibir um certo grau de generalidade), fazendo constantemente referência a eles. Também a capacidade comunicacional do ouvinte (reforçando, perguntando etc.) está sujeita a essa necessidade. Os narradores têm, via de regra, exatamente a função de acoplar a narrativa constantemente à efetiva constelação de problemas que é comum aos parceiros da comunicação (mesmo que seja só para garantir um passatempo social interessante). Nesse contexto, deve-se, além disso, observar a circunstância na qual o narrador apresenta a figura da história em associação com interpretações e avaliações próprias, que remetem o ouvinte constantemente ao caráter interessante e importante da história e visam a dirigir seu processo interpretativo. Justamente as interpretações e avaliações do narrador são um meio essencial através do qual a narrativa é inserida nas constelações de problemas socioculturais atuais ao período em que ela foi datada.

5. A narração de histórias vividas pessoalmente envolve o narrador na obrigação de fornecer detalhes, visto que ele já tomou a resolução de relatar de forma sequencial contextos de ação que ele configurou e vivenciou com outros. O transcurso dos acontecimentos factuais precisa ser reconstruído com base na sequência das frases (parciais) da narrativa. Se uma determinada constelação de acontecimentos foi descrita, em princípio suas consequências imediatas também precisam ser descritas, na medida em que são relevantes, ou seja: acarretam, por sua vez, consequências dignas de menção à luz da figura completa da história narrada (que representa seu resultado final). Entretanto, das constelações de acontecimentos da história a serem descritas como transcurso de figuras de ação que estão sujeitas às regras básicas do universo cotidiano (cf. abaixo), também fazem parte as motivações e interesses do portador e narrador da história (que são uma só pessoa), como ator que agiu na história que transcorreu no passado e recapitula essas ações num processamento secundário da experiência. Também os *interesses*, as *motivações* e ações específicas de tempos passados, que se tornam forçosamente claras para o ouvinte, precisam ser, em princípio, relatadas pelo narrador, mesmo que ele — isto acontece com frequência — tenha receio de comunicá-los ao ouvinte. Em princípio, neste último caso, ele só tem a possibilidade de abandonar parcial ou completamente o processo da exposição narrativa. As tentativas do narrador — que podem ser empiricamente mostradas com facilidade — de se esquivar da obrigação de contar detalhes, reduzindo o grau de narratividade da exposição, usando táticas como passar a palavra adiante ou recursos semelhantes, são,

por sua vez, comprovantes textualmente localizáveis do entrelaçamento dos interesses do narrador.

6. Pelo fato do narrador selecionar os acontecimentos centrais essenciais do fluxo de acontecimentos transcorridos, “condensando-os” e transformando-os na estrutura global da história, ao mesmo tempo em que precisar se ater ao transcurso dos acontecimentos, produz-se o efeito, por um lado, das discrepâncias entre planos de ação anteriores, e, por outro, de resultados decorrentes da ação e de novos planos de ação – embora, muitas vezes, o narrador não esteja consciente dessas discrepâncias. As discrepâncias mencionadas também aparecem em processos de ações efetivas (extranarrativas) – só que neste caso, via de regra, elas são irreconhecíveis em função dos múltiplos passos intermediários da ação efetiva que são filtrados e removidos na exposição retrospectiva. As contradições entre planos de ação e seus resultados factuais são expressão de condições sistêmicas heterônomas da ação (extranarrativa) efetiva (cf. Matthes e Schütze, 1973, p. 34ss). As condições sistêmicas heterônomas provêm de esferas da ação que, sem exceção, não podem ser controladas mediante ações próprias ou mediante influência de ações alheias e, em grande parte, tampouco antecipadas pelos parceiros da interação que agem diretamente em uma situação concreta. Elas não consistem só dos pressupostos estruturais objetivos do quadro da interação: por exemplo, dos recursos materiais e psíquicos existentes, mas também de *decisões* tomadas em contextos interacionais externos *sobre* a dotação dos pressupostos estruturais objetivos do quadro interacional imediato (tais decisões não têm uma relação intencional com a situação interacional imediata, mas, via de regra, tornam-se pressupostos do quadro interacional imediato de maneira não intencional, ou seja, apenas por sua sistemática ou, em parte, apenas por suas consequências não planejadas). As discrepâncias entre o planejamento da ação e os resultados efetivos, causadas por condições sistêmicas heterônomas da ação, raramente se tornam conscientes fora de contextos retrospectivos de cognição e comunicação (seção subsequente deste artigo – item f). A pessoa que age efetivamente (fora da narrativa) tenta lidar com essas discrepâncias através de práticas rotineiras de evitação, exclusão, compensação, racionalização.

Essas são as seis conclusões a respeito da definição do fenômeno “narração de histórias”. Resumindo, pode-se afirmar o seguinte sobre a problemática dessa definição e suas conclusões: o protótipo da narração de histórias contém reorganizações interpretativas e avaliativas –propostas na comunicação

direta no universo do cotidiano— de experiências próprias de acontecimentos sociais. Tais acontecimentos não são só retrospectivamente interpretados como seqüências de acontecimentos coesas e dotadas de um fio condutor contínuo (após o encerramento definitivo da figura dos acontecimentos históricos), mas também foram, ao menos de modo fragmentário, efetivamente vivenciados pelo portador/narrador da história como problemáticas que tematizam ações de modo protentivo – experiências com o horizonte futuro aberto às ações intencionais que foram vivenciadas (cf. Garfinkel, 1973, p. 232-235; Schütz, 1960, p. 55-62), e que, a partir de interpretações retrospectivas, se juntaram paulatinamente, se condensaram e formaram uma figura histórica.

A tese a respeito da “força gerativa da narrativa” do contexto das experiências próprias que se acumularam paulatinamente para a narração de histórias, bem como do caráter prototípico da narração de histórias vivenciadas pessoalmente, parece plausível. O fato de que histórias de segunda mão –ou, de modo mais geral, os contextos das experiências vivenciadas por terceiros– tendem a ser “reproduzidas” na transmissão oral de modo desconexo e confuso, foi constatado tanto na ciência quanto no universo cotidiano (cf. Labov e Waletzky, 1973, p. 112, 114-115). Essa impressão do ouvinte se deve ao fato de que a estruturação global da história, promovida particularmente pela acumulação de experiências do próprio narrador e associada às suas respectivas interpretações e avaliações não está (no caso da narração de histórias alheias) presente em tal medida que pudesse fornecer ao ouvinte auxílios interpretativos sistematicamente concatenados e que oferecessem condições de ele apreender o “sentido total” da história. As interpretações e avaliações do narrador, fornecidas junto com a estruturação global, encaixam a história no contexto interpretativo de esquemas atuais de interpretação e avaliação que, na antecipação do narrador (com base em sua assunção imaginária do papel de ouvinte), também deveriam apresentar uma orientação relevante para o ouvinte.

2 A competência de narrar histórias

A narração de histórias pressupõe a capacidade categórica –que, em princípio, está à disposição de todo membro de uma sociedade que não seja portador de uma deficiência grave– de processar retrospectivamente e apresentar comunicacionalmente experiências próprias de acontecimentos sociais. Por conseguinte, a apresentação de histórias exige muito mais do que *performance* discursiva em sentido mais estreito: ela deve ser vista como atualização do campo relacionado à competência retrospectiva; este pressupõe, por sua vez, diferentes estratos sobrepostos de competências sociais e

linguísticas. *Grosso modo*, estratos organizados segundo sua elementaridade, ou seja, de acordo com:

- a) A competência social básica (de categorizar; diferenciar e generalizar experiências; concatenar experiências de forma causal; fazer referências; atribuir predicados; garantir a reciprocidade de perspectivas dos parceiros da interação etc.).
- b) A competência linguística em sentido mais estreito (de dominar imanes universais do aparelho da fala como pressuposto para dominar qualquer língua humana como língua materna).
- c) A competência do uso da língua para decidir se determinadas formas linguísticas podem servir para efetivar determinadas funções linguísticas.
- d) A competência comunicacional propriamente dita (isto é, à parte do estrato da competência social básica). Neste sentido, a competência comunicacional compreende: a capacidade de garantir a assunção de papéis significativos, ou seja, de entendimento a partir de um sistema simbólico partilhado por todos, que garanta a concordância fundamental em termos de sentido, de interpretações próprias e alheias de atividades comunicacionais; a capacidade de apreender, levar em conta a distinta e constante perspectividade dos centros de ação ou dos parceiros interacionais envolvidos; a capacidade para formular intenções de ações próprias, para descobrir intenções de ações alheias, bem como negociar e sintonizar as intenções de ações próprias e alheias; a capacidade para antecipar as consequências de ações pretendidas; a capacidade para identificar e garantir interesses comuns na situação interacional ou discursiva.
- e) Também compreende, a competência do ato de fala e a competência da estratégia interacional ou comunicacional (por exemplo, para “pegar” e “defender” um interrogatório; mas também, de modo bem geral: de interpretar e avaliar o respectivo estágio da situação interacional efetiva para entender os papéis de ação próprios e os alheios no contexto de relações sociais, quer estejam pré-formadas, quer surjam em sua estrutura através do processo interacional).

As performances discursivas em sentido mais estreito se movimentam apenas nas esferas de competência citadas acima de “a” até “c”. Em outras palavras: narrativas só podem ser desenvolvidas, compreendidas e analisadas de maneira significativa no âmbito de um modelo de ação interacional, enquanto que atividades discursivas, em sentido mais restrito, também podem ser realizadas e analisadas isoladamente do contexto social – ainda que,

naturalmente, isso também seja possível no âmbito de atividades e análises de um arranjo artificial.⁶

A narração de histórias deve ser vista como uma forma particularmente complexa da ação social e não pode ser analisada de modo reducionista, extraída do contexto da ação, o que é possível na análise de performances discursivas de determinados questionamentos linguísticos. O fato da capacidade social do narrador de histórias pautar-se, entre outros, nos estratos das capacidades relacionadas à competência comunicacional (item “d”) e da competência interacional (item “e”) se manifesta, por um lado, na necessidade de o narrador presuntivo antever os “postulados interacionais” da narração para poder narrar (cf. primeira seção deste artigo). Por outro, para a manutenção da interatividade da narração de histórias, é necessário cumprir as funções especiais relatadas a seguir, que também devem ser situadas na esfera conjunta da competência comunicacional e estratégico-interacional:

- f) O narrador precisa atualizar a capacidade de manter desperto o interesse do ouvinte e controlar o grau de sua intensidade. Por isso, ele insere pontos altos de interesse na estrutura da narrativa; concede panoramas prospectivos e retrospectivos apresentados em quadros narrativos especiais; deixa claro que determinadas seqüências narrativas contêm qualidades emocionais engraçadas, tristes, assustadoras ou outras; lança na exposição “termos-chave”, expressões ou frases que despertam a curiosidade; certifica-se, através de elementos de circularidade simpática (Bernstein, 1964, p. 253B), aos quais o ouvinte deve responder mediante uma confirmação (por exemplo, “... não é?” – “mhm, mhm”) de que ainda está interessado e acompanha os pressupostos óbvios que o falante coloca em jogo na narrativa e são propostos ao ouvinte. Por conseguinte, o ouvinte precisa atualizar a capacidade de manter o narrador falando, manifestando interesse nos pontos previstos, fazendo perguntas etc.
- g) Ao narrador é permitido reforçar as atividades que impulsionam o ouvinte a ponto de este poder desempenhar ativamente seu papel. Mas, ao fazer isso, a atividade narrativa do narrador não deve ser interrompida com muita frequência e intensidade, impedindo-o de concluir a forma de sua narrativa. Portanto, o narrador precisa estar

⁶ Sobre o complexo de competências sociais e linguísticas que acaba de ser mencionado, cf. Schütze (1975a, seções 6.314 e 11.6).

dotado da capacidade de, por um lado, conceder constantemente ao ouvinte a oportunidade de fazer perguntas e expressar seus impulsos comunicacionais próprios, e, por outro, de incorporar essas perguntas e impulsos comunicacionais na estrutura da própria narrativa. Se os impulsos próprios do ouvinte forem demasiado fortes, o narrador –para não extinguir inteiramente o interesse do ouvinte ou simplesmente para manter a comunicação de modo geral– precisará abrir espaço para narrativas intermediárias do ouvinte e para momentos de comunicação extranarrativa, de forma a equilibrar as contribuições na comunicação. Neste caso, é importante que o narrador, através de quadros de referência globais (Goffman, 1974, caps. 2-6, 13), insira as atividades comunicacionais do ouvinte – definidos implicitamente no início da narração como parceiro da interação –, como contribuições subjacentes em sua própria estrutura narrativa. O parceiro da interação definido como ouvinte tem a tarefa de aceitar ou de incorporar esses quadros de referência subjacentes a fim de que a “forma de fechamento” da narrativa global não seja impedida, evitando que a comunicação seja interrompida – contanto que os parceiros da interação tenham se envolvido interacionalmente nessa narrativa global desde o início, distribuindo os papéis de narrador e ouvinte.

Entretanto, existem ainda capacidades que são específicas para a narração de histórias e que, em sua forma completa, não podem ser derivadas da competência comunicacional e estratégico-interacional: trata-se da capacidade relativa à competência retrospectiva (item “f”). Essa esfera da competência retrospectiva apresenta três subesferas, que, no entanto, estão fortemente entrelaçadas em todo o processo narrativo. São elas:

- f.1) *A competência de estabelecer o “contexto relacional” da narrativa:* na narração de histórias, é preciso dominar, inicialmente, a atividade especializada da ação atual (“extralinguística”). É preciso relacionar as atividades, acontecimentos e elementos do mundo da vida social aos seus contextos de sentido e de experiência mais amplos, a partir dos quais essas atividades, acontecimentos e elementos adquirem sua importância específica no decorrer da narração da história. O contexto é constituído particularmente pelo fato de que o resultado histórico do transcurso dos acontecimentos (em sentido literal ou fictício) seja conhecido ao menos pelo narrador e seja indicado por ele – sobretudo no início da narrativa (mas, em geral, também repetidas vezes durante ela) – como “tema” ou “sentido” geral da

narrativa.⁷ Na narração de histórias, o estabelecimento do “fio da meada” de atividades, acontecimentos e elementos ocorre no eixo dominante do tempo: a sequência das orações narrativas busca refletir fundamentalmente a sequência dos acontecimentos.⁸ Poder-se-ia designar como “competência narrativa especial” a capacidade de reproduzir de modo inequívoco a coerência e consistência de sequências de acontecimentos na forma da exposição através do alinhamento de orações narrativas. Naturalmente, numa narrativa não se pode abordar em orações narrativas tudo aquilo que foi vivido na experiência primária própria ou alheia. Por isso, a competência narrativa especial contém, adicionalmente, a capacidade de processar de modo secundário experiências próprias e alheias em passos reprodutivos independentes do processo da experiência primária; e isso significa particularmente o seguinte: “condensar” o transcurso dos acontecimentos com vistas ao que é mais importante, levando em consideração o contexto histórico, diferenciando os conjuntos de acontecimentos em atividades principais e secundárias, mantendo os “pontos de culminação” (Goffman, 1974).

f.2) *A competência de expor os contextos motivacionais intencionais e os nexos de causa e efeito*: o narrador precisa, naturalmente, sustentar coerentemente os conjuntos principais e secundários mencionados no transcurso de atividades e acontecimentos ao longo da narrativa. Essa é uma tarefa especial cujo cumprimento de modo algum está automaticamente assegurado no processo de narração de histórias – uma vez que o narrador, no momento de sua atividade discursiva, está distante do transcurso de experiências, atividades e acontecimentos expostos e precisa reconstruí-los. Os portadores do transcurso de atividades e acontecimentos são, por um lado, atores que perseguem determinadas intenções de ação; por outro, objetos sobre os quais se produzem efeitos, que mediante o “agir” e o “sofrer” (ou “experimentar efeitos”) desses portadores,

⁷ Garfinkel define essa exposição e compreensão de aspectos específicos no marco de um contexto global que sempre se repete como “método documentário de interpretação”. A colocação de acontecimentos e aspectos aleatórios, que surgem durante a narração de histórias, em um contexto, é uma forma específica do método documentário de interpretação (cf. Garfinkel, 1973, p. 199ss e 235-241).

⁸ Na narrativa também se realiza, naturalmente, a exposição de contextos extratemporais, p. ex., a concatenação de unidades sociais no espaço socio-tópico. Contudo, isso não é uma característica específica de narrativas, mas se aplica, como função ao menos implícita, a toda e qualquer comunicação oral.

constituem o contexto ou nexos interno e externo, isto é, a consistência e o entrelaçamento dos conjuntos do transcurso das atividades e dos acontecimentos.

Naturalmente, a separação de atores e objetos é apenas uma divisão analítico-aspectual: em grande parte, os atores como centros de ação e os objetos como “centros do sofrer” ou “centros de efeitos” coincidem de fato, particularmente quando se trata de pessoas. Seja como for, o narrador pode assegurar e elucidar o contexto dos acontecimentos demonstrado pelos atores como centros de ação, descrevendo as perspectivas vivenciais, motivações e intenções de ação dos atores e estabelecendo uma inter-relação entre elas. Por conseguinte, a narrativa de histórias pressupõe não só a competência de atribuir efetivamente as perspectivas, motivações e intenções dos agentes, mas também de interpretá-las distanciadamente (e isto implica: retrospectivamente), reinterpretá-las analiticamente, apresentando-as e sustentando-as como um entrelaçado sistemático de intenções. Por outro lado, aquele contexto dos acontecimentos formado pelos objetos na qualidade de “centros do sofrer” ou “centros do agir”, o narrador pode assegurar e elucidar ao descrever e interconectar as consequências das atividades com as causas de acontecimentos e situações. Portanto, a narração de histórias pressupõe a competência de não só levar efetivamente em consideração os efeitos de atividades e as causas de estados, mas também de analisá-los sistematicamente e representá-los linguisticamente, de modo permanente, em explicações causais e prognósticos, distante do contexto das ações (e isto significa necessariamente: de forma retrospectiva). Em exposições narrativas, os prognósticos são muito frequentes. Geralmente eles têm a seguinte forma: “Eu disse cá comigo: o que vai acontecer é o seguinte...”. Uma característica dos prognósticos narrativos é que eles são alcançados pelo transcurso dos acontecimentos relatados, ou que seu correlato em acontecimentos “futuros” seja conhecido. Por isso, na narração de histórias existe uma tendência superproporcional a prognósticos corretos – em contraposição aos prognósticos abertos feitos no transcurso da ação *factual* no passado sobre a qual se relata. Além disso, em exposições narrativas os prognósticos não caracterizados como tais são sempre prognósticos corretos. Os prognósticos “errados” sempre são caracterizados como tais durante a efetivação, afirmando, por exemplo, “Naquela época eu tinha a expectativa equivocada...”.

f.3) *A competência de avaliar e justificar de forma especializada*: com o estabelecimento do contexto relacional da narrativa, a representação sistemática de motivos e a indicação sistemática do caráter

consequente de contribuições para atividades se associa diretamente à necessidade de avaliar contribuições para as atividades, criticar, justificar ou ocultar motivos, bem como desculpar ações que não deram certo, fazendo-se referência a insuficiências pelas quais não se pode responsabilizar o ator (como, por exemplo, falta de informações, doença etc.). Essa necessidade resulta do fato de que todos os acontecimentos e atividades são relatados a partir da perspectiva do contexto total da história e só adquirem sua importância nele. Esse contexto total possui relevância atual (axiológica) para o narrador e o ouvinte na situação discursiva. Portanto, em toda narrativa de histórias, a constituição de uma postura retrospectiva distanciada para com os acontecimentos expostos é mediada pela visão de conjunto e pela constelação da história no presente. Esse tipo de desprendimento do fluxo imediato (não narrativo) das ações provoca automaticamente atividades avaliativas, críticas ou também legitimadoras da “faculdade do juízo” em relação a esse fluxo.

Os últimos itens (f.2 e f.3) deixam claro por que, em princípio, prognósticos, explicações, avaliações e justificativas são admitidas na narrativa de histórias. As competências para tanto não devem ser subsumidas à competência comunicacional em sentido mais restrito (d) ou à competência estratégico-interacional (e), por se tratarem de competências que só podem ser atualizadas, por princípio, a partir de um distanciamento para com o processo interacional em curso – e esse tipo de distanciamento somente é possível retrospectivamente e não no decorrer de ações ingênuas orientadas na direção de um futuro aberto (cf. Mead, 1968, p. 217-221, 241-242, 246ss; Schütz, 1962, p. 22, 214-217; Garfinkel, 1973, p. 196, 232ss; Matthes e Schütze, 1973, p. 38-49). A competência narrativa em sentido mais restrito (f.1) é apenas uma subforma da competência retrospectiva em geral (f), ao lado da competência para a explicação de motivos e para a explanação (f.2) e da competência para a avaliação e justificação (f.3). Em situações narrativas naturais, entretanto, ela não pode ser efetivada sem as outras duas subformas da competência retrospectiva.

Por outro lado, com a atualização de cada um dos três aspectos da competência retrospectiva *também* está, naturalmente, associado o recurso à estratos de competências mais profundos: justamente em situações interacionais efetivas (sem atividade narrativa) se fazem referências, despertam-se e se atribuem intenções, levam-se efeitos e se realizam avaliações valorativas. Entretanto, tudo isso acontece apenas implicitamente e não em uma atividade especializada, de modo que não ocorre uma explicação sistemática de um

entrançado de referências interligadas e dêiticas que é imprescindível justamente para a narração de histórias, isto é, especialmente para a sequenciação das orações narrativas e para a indicação da consistência de sua sequência. Não se alcançam representações sistemáticas dos contextos dos motivos, tampouco explicações reais e justificações detalhadas. Talvez seja possível caracterizar a narração de histórias, em termos bem gerais, pela circunstância de que aquilo que se faz implicitamente nas situações interacionais efetivas (fora da narrativa) é realizado de modo explícito e especializado em narrativas.

3 Aspectos da análise de histórias já percebidos na Linguística e nas Ciências Sociais

Na medida em que deu-se atenção até o momento ao fenômeno “narração de histórias” na filosofia, linguística e ciências sociais, devem-se acentuar os seguintes aspectos:

3.1 *A estrutura da narração de histórias como processamento recapitulativo de vivências e experiências*

Desde Aristóteles até os mais recentes desdobramentos da linguística textual, filósofos e linguistas têm visto, por excelência, as histórias como meios de processamento da experiência e da existência e pesquisado sua respectiva realização estética nos diversos gêneros artísticos (epopeia, drama, dança, filme etc.) (cf. Gülich, 1973; van Dijk et al., 1973). Nesse contexto, já bastante cedo –em Aristóteles, por exemplo– destacaram-se constituintes elementares da “história” (como esquema da ação/organização dos acontecimentos, portadores da história como *agentes* e *pacientes*, bem como as ações e ideias características deles), assim como elementos da estrutura global da “história” (por exemplo, a divisão do drama em cinco partes) como fenômenos formais. Até mesmo a análise formal que a linguística textual fez de diminutas unidades textuais e da estrutura global da narração de histórias –e, provavelmente, foi Labov quem mais a fez avançar (cf. Labov e Waltzky, 1973, p. 79-80; Labov, 1972, p. 354-355)– ainda está comprometida com essa tradição.

Contudo, é preciso admitir que, em trabalhos gerativos e gramático-textuais mais recentes, a estrutura formal das narrativas passa para o primeiro plano e a concepção de que as narrativas são um instrumento importante do processamento de experiências que recapitula distintos segmentos das vivências é colocada em segundo plano (quanto a essa tendência de análise, cf. Gülich, 1973, p. 326-327). A análise de narrativas sob o ponto de vista de sua função principal, a saber, do processamento retrospectivo de experiências

(com uma subfunção referencial e uma avaliativa – cf. Labov e Waletzky, 1973, p. 79) e a análise formal de estruturas de textos narrativos de modo algum são idênticas. Entretanto, consideramos a posição realista (e não nominalista-formalista) de Labov e sua teoria básica convincente e promissora com vistas ao futuro: ela propõe que se derivem tanto a estrutura global das narrações de histórias quanto seus distintos elementos formais –como a estrutura e sequência de orações narrativas; sua ligação com orações não narrativas; as formas particulares de realização dos estágios globais das narrativas, como, particularmente, do estágio avaliativo, os operadores sintáticos da avaliação (cf. Labov, 1972, p. 375-393)– da função principal da narração de histórias que está relacionada ao mundo da vida e às interações.

Nesse contexto, faremos ainda uma breve referência à análise de “histórias de segunda mão”. Nelas, não são processadas narrativamente experiências primárias do *próprio* narrador, e sim histórias que já foram processadas em narrativas por parceiros “iniciais” de interação e passadas adiante por meio do exercício da função de mediador a terceiros (Adler, 1967, p. 10-16) e, assim, processadas secundariamente e transformadas. Já indicamos que histórias de segunda mão têm a tendência de diluir os traços incisivos da figura da história da “narrativa de primeira mão”. Contudo, ainda não dispomos de resultados de pesquisas suficientes que mostrem em quais elementos formais específicos as “histórias de segunda mão” se distinguem de histórias de primeira mão. Poder-se-ia pensar em fenômenos como os seguintes: histórias adicionais a título de introdução ou moldura que esclareçam “metalinguisticamente” o caráter de citação do conteúdo da história a ser transmitida; modalizações que atenuem a pretensão de verdade da história narrada; atenuações do elemento avaliativo, entre outros (cf. Labov e Waltzky, 1973, p. 114). Visto que “histórias de segunda mão” são passadas adiante, em situações naturais e cotidianas, particularmente por meio de “comunicações de fofoca” e de “epidemias de boatos”, a análise linguística da narração de histórias deveria, neste ponto, recorrer à pesquisa sociopsicológica de boatos (cf., por exemplo, Schachter e Burdick, 1955). Por outro lado, deve-se ter cautela com relação a este aspecto, já que o boato e a fofoca, em sua essência, de modo algum surgem apenas de perturbações no canal de transmissão (isto é, derivadas de “histórias de segunda mão”); ao menos em parte, surgem em seu teor informacional (fictício ou parcialmente fictício), como boatos, por exemplo, em situações de crise em que não se dispõe de informações autênticas, mas se faz necessário explicar fenômenos cognitivamente dissonantes (Shibutani, 1966, p. 29, 62, 183). Talvez possamos chegar à conclusão de que as histórias fictícias criadas em “comunicações de fofocas” e/ou “epidemias de boatos” são construídas,

em sua estrutura formal, *ex ovo* [desde o início] como “histórias de segunda mão” *em sentido literal*, isto é, como histórias que, de fato, são derivadas de histórias vivenciadas pessoalmente (“de primeira mão”).

3.2 *Material narrativo como corpus textual para questões extranarrativas que dizem respeito ao comportamento discursivo*

Particularmente em tempos mais recentes, a indução à narração de histórias de forma oral é utilizada por linguistas em sentido mais restrito e por analistas de conversações (também extralinguísticos) para obter *corpora* de textos, cuja análise possa reconstruir cientificamente as estruturas da linguagem corrente, falada naturalmente. Neste tocante, é possível distinguir duas questões que, em princípio, são diferentes, ainda que, de fato, estejam muitas vezes entrelaçadas: a) a pesquisa de variantes linguísticas objetiva à descrição tão exata quanto possível das línguas-padrão faladas naturalmente e, nesse contexto, defronta-se com diferenças fonológicas, sintáticas e semânticas referentes à forma como a língua-padrão é falada ou modificada na linguagem corrente em diferentes espaços geograficamente definidos e em distintos agregados sociais, como classes, grupos de mobilidade ou subgrupos étnicos. Para poder apreender descritivamente de modo exato tais dialetos e socioletos, a obtenção de amostras da linguagem corrente falada naturalmente é de importância estratégica. No ato de narrar histórias –e este é o cálculo feito pela técnica de levantamento de dados–, o informante perde, ao menos parcialmente, as inibições típicas de situações de levantamento formal de dados, pois o aprofundamento na forma delineada e na sequência dos acontecimentos da história faz com que ele se esqueça da situação comunicacional formalizada contanto que de fato chegue a existir uma narração. Visto que o pesquisador-ouvinte precisa apoiar o narrador por meio das reações típicas de uma pessoa que está ouvindo, aos poucos vai se construindo uma estrutura comunicacional que se assemelha àquela do universo do cotidiano;⁹ b) nos últimos dez anos,¹⁰ sociólogos de orientação etnometodológica começaram a se interessar pela estrutura pragmática da conversação do universo cotidiano como forma básica das interações que ocorrem pela linguagem. Nesse sentido, lidaram especialmente com a organização sequencial de atividades linguísticas, para as quais as narrativas oferecem exemplos particularmente inequívocos e de fácil obtenção (cf. especialmente Sacks, 1972).

⁹ Essas técnicas de levantamento de dados também são características do método de Labov, o mais importante linguista de campo da atualidade (cf. Labov, 1964, p. 164-176).

¹⁰ Nota da revisora: O autor se refere aqui aos anos sessenta e setenta do século passado, visto que o artigo foi publicado originalmente em 1976.

Enquanto os linguistas e analistas da conversação se interessam –ainda que de modo inteiramente distinto– pela estrutura própria da linguagem coloquial, os pesquisadores de barreiras linguísticas que seguem uma orientação sociológica (entre os quais também se encontram especialistas em linguística) utilizam estruturas de produções linguísticas relativamente naturais para se ocupar com questões inteiramente diferentes, referentes aos produtores de textos como representantes de agregados sociais desprivilegiados. Os pesquisadores de barreiras linguísticas da escola de Bernstein (Hawkins, 1973) empregam técnicas de indução de narrativas –particularmente da indução de reproduções linguísticas de histórias com imagens– para, com base em um corpo textual existente de produções linguísticas relativamente naturais, poder avaliar a proficiência discursiva dos respectivos narradores como representantes do agregado social de interesse e indicar qualidades ou propriedades de seu estilo discursivo.¹¹

3.3 A narração de histórias como reatualização retrospectiva institucionalizada de categorias canônicas da experiência e de valores culturais de uma sociedade

Antropólogos (entre outros, Levi-Strauss, 1964 e 1967) e pesquisadores da língua que se orientam pelo folclore (por exemplo Propp, 1972; Dundes, 1962, 1964) coletaram e analisaram histórias de importância cultural canônica para a sociedade pesquisada: lendas, sagas, piadas, boatos e elementos afins. Muitas vezes, também eles dependiam da reprodução oral das histórias que os interessavam, principalmente ao investigarem uma sociedade sem escrita. Contudo, em contraposição aos linguistas mencionados na subseção anterior, para estes estudiosos era importante que as histórias fossem contadas por narradores de histórias “tecnicamente competentes”, reconhecidos de modo geral como tais, que não tivessem interesse em diferenças socioléticas da *performance* narrativa concreta. Antropólogos e pesquisadores de línguas com esse interesse partiam do pressuposto de que nas histórias canônicas de uma sociedade seriam apresentadas as categorias e acontecimentos sociais elementares (que, em parte, podem perfeitamente consistir de crises paradigmáticas, como no caso da lenda) para essa sociedade, em um processamento cotidianamente rotineiro –mesmo que frequentemente e certamente distorcedor– das experiências. Essa é uma tese que talvez seja plausível no caso de sociedades simples, mas com certeza não se aplica à

¹¹ Entretanto, a narração de histórias com imagens só é uma tarefa comunicacional inteiramente natural em casos raros.

sociedades mais complexas, na medida em que não se procura apreender os mitos sociais efetivos de respectivos subgrupos e subagregados sociais dessas sociedades complexas, transmitidos na comunicação oral direta (tanto na conversa cotidiana trivial quanto em conversas de socialização em família e em instâncias formais de socialização), bem como pelos meios de comunicação de massa (cf. Barthes, 1964, 1966).¹²

3.4 O interesse pela narração de histórias para se obter informações sobre constelações de acontecimentos desconhecidos ou parcialmente conhecidos

O interesse natural na indução de histórias consiste, provavelmente, na obtenção de informações sobre acontecimentos relevantes e aspectos culminantes que representam crises dentro de um quadro de ações de interesse ou também dentro de um âmbito maior de acontecimentos sociais, acontecimentos estes que são desconhecidos ou só parcialmente conhecidos do ouvinte presuntivo. Neste caso, o que interessa à ciência é o teor informacional temático da história. A forma da apresentação só é importante se ela também contribuir para explicar os acontecimentos e processamentos de experiências abordados na história (pode-se pensar, por exemplo, na disseminação difamatória de intrigas e enredamentos de interesses de adversários políticos feitas “em *off*”). A indução (e análise) de histórias para a averiguação de fatos sociais é estratégica na medida em que a narração de histórias obriga o narrador a entrar em detalhes e, ao fazer isso, é forçado a falar de acontecimentos sobre os quais –por seu próprio enredamento em certos interesses, por erros de planejamento e/ou realização pelos quais ele próprio é responsável, por uma questão de *fairness* para com outras pessoas que fracassaram no contexto das ações relatadas, ou seja, por receio delas ou ainda pelo caráter geral escandaloso dos acontecimentos a serem relatados– preferiria silenciar. Tais inibições se fazem presentes mesmo quando o narrador está efetivamente disposto a falar sobre o tema proposto.

O interesse no conteúdo temático das histórias se encontra tanto nos contextos comunicacionais do universo cotidiano quanto nos da ciência: nas fofocas cotidianas; em investigações e interrogatórios policiais/judiciais; em entrevistas psiquiátricas; em autoexposições biográficas no marco de levantamentos sociológicos; em reportagens jornalísticas; e, particularmente,

¹² Uma questão empírica, entretanto, é aquela que pergunta até que ponto e em relação a quais agregados sociais os meios de comunicação de massa disponibilizam as categorias de orientação elementares de membros da sociedade.

em estudos sociológicos de caso que pretendam reconstruir o contexto de acontecimentos passados e a forma como ocorreram, aos quais não se pode recorrer, ou apenas em grau insuficiente, por meio de textos da respectiva época que produziram ou registraram as situações relevantes de ação *quando estas aconteceram*, ou que deveriam ter produzido e registrado.¹³

Os estudos sociológicos de caso mencionados acima buscam constelações de acontecimentos de elevado interesse prático e relacionadas ao mundo da vida (particularmente de interesse sociopolítico) para os membros da respectiva sociedade: por exemplo greves, grandes desastres (Barton, 1969), reações de cidadãos atingidos por uma reforma do governo local, entre outros. Um levantamento sociológico com interesse temático na prática dos membros da sociedade a serem contatados como informantes oferece duas vantagens ao pesquisador social. Por um lado, permite a indução natural de histórias: mesmo no caso de membros da sociedade que na efetivação de toda e qualquer outra forma de narração de histórias (particularmente, no caso da reconstrução biográfica da própria trajetória de vida e da narração de histórias canônicas de “terceiros”) ficam psicologicamente bloqueados (seja porque a própria biografia é recalcada em razão de dificuldades pessoais vivenciadas seja porque a pessoa teme não corresponder à pressão da narração *correta* de uma história canônica etc.). Por outro lado, em seu enquadramento total é perfeitamente possível levar em conta todos os outros aspectos da análise de histórias: particularmente o aspecto da averiguação de categorias elementares de ordenamento do mundo (cf. acima), pois certamente é plausível supor que no decorrer de uma narração de prestação de contas sobre situações de crise e do próprio comportamento nelas —e menos na apresentação narrativa já canonizada e ritualizada de experiências “arquetípicas”— sejam ativadas as categorias elementares e relevantes da orientação e ação com vistas ao ordenamento do mundo da vida social (incluindo a identidade do próprio eu e a própria ação).

4 Novas possibilidades de utilização da análise de histórias na sociologia

4.1 *O interesse na narração de histórias para obter informações sobre conhecimentos, atitudes e/ou interesses do(s) narrador(es)*

Ao interesse de ouvir a narração de uma história para obter informações sobre ocorrências interessantes e, ao menos, em parte desconhecidas, associa-se,

¹³ Quanto à relação entre textos produzidos à época dos acontecimentos e textos narrativos do ponto de vista da teoria básica e estratégia de pesquisa, cf. Schütze (1975a, seção 9.8).

muitas vezes, o interesse por descobrir mais especificamente *o que e quanto* o outro sabe sobre os fatos ocorridos, sua postura para com eles e como seus interesses estão “enredados” com as ocorrências relatadas. Os conhecimentos representados pelas respostas a tais perguntas são, com frequência, importantes para poder conhecer e avaliar melhor as ocorrências que interessam ao ouvinte e sobre as quais ele não está suficientemente informado; pois se o narrador é, ao menos, “coportador” ou “coparticipante” da história contada – nós tínhamos pressuposto isso para o tipo básico do narrador de histórias –, então, seus conhecimentos, suas atitudes e seus interesses são parte integrante e essencial dos acontecimentos e ações relatados. Essa constatação não representa apenas a formulação da platitude de que a ação intencional não pode ser suficientemente apreendida e entendida sem os fenômenos –correspondentes ao comportamento “externo”– do saber, das intenções, das atitudes e dos interesses (Habermas, 1967, cap. 4, 9). Nessa reflexão se pressupõe, além disso, que dos conhecimentos, atitudes e constelações de interesses existentes *na época da situação discursiva* e expressos efetivamente (via de regra de modo não intencional) pode-se, ao menos, em parte, tirar conclusões sobre os respectivos fenômenos no nível da ação efetiva que, na história narrada, são apresentados como já acontecidos.

Por exemplo, a partir do fato de um narrador simplesmente não relatar um determinado aspecto (que o ouvinte conhece ou de que fica sabendo por meio de outras narrativas, de documentos ou observações próprias), pode-se concluir que para ele – contanto que não encubra esse aspecto de maneira deliberada ou inconsciente, o que, pode, em parte, ser depreendido da estrutura narrativa (de contradições lógicas e objetivas, de alusões não intencionais, de fenômenos paralinguísticos como pausas retardativas e sorrisos constrangidos, da diminuição do grau da narratividade da exposição e do aumento de legitimações, de tentativas de passar a palavra adiante etc. – cf. Schütze, 1975b, seção 4.4) – esse aspecto não é relevante para a situação de ação atual. Acontecimentos que são expostos na narração de forma a contradizer os fatos ocorridos também apresentam uma percepção errada ou inadequada na situação de ação atual, constituindo-se como erros na definição da situação de uma realidade psíquica – a menos que a já mencionada intenção deliberada ou inconsciente de enganar não se faça presente ou que a percepção inadequada só tenha surgido mais tarde e a lembrança da percepção correta tenha se perdido (esse é um caso raro e provoca contradições na exposição narrativa). Por fim, aquilo que, em termos de conhecimentos, atitudes e interesses, era factualmente relevante para uma motivação das ações é, muitas vezes, inserido pelo narrador na exposição narrativa dos acontecimentos por meio

de formulações como “aí eu disse a mim mesmo”, “aí eu pensei”, “na verdade eu queria”, e assim por diante.

Justamente em contextos não científicos de interação existem ainda outras razões para o interesse pelos conhecimentos, atitudes e estado do parceiro da interação através da indução e escuta de narrativas. No contexto interacional do universo cotidiano, pode-se, dessa forma, descobrir se o outro também está informado sobre aquilo que tomamos conhecimento: do contrário, poderíamos surpreendê-lo, despertar um clima de tensão com o anúncio de uma novidade, enganar o outro de forma calculada com base em seu desconhecimento etc. Induzindo e ouvindo histórias que o outro vivenciou pessoalmente se poderia esclarecer intenções que o outro perseguiu e continua perseguindo, interesses pelos quais ele se orientou e continua se orientando, ou simplesmente esclarecer quão “sofisticado” ou “burro”, quão “bitolado” ou “prudente”, quão “descarado” ou “moral” o outro é. No contexto da justiça –em interrogatórios policiais e oitivas no tribunal– induzem-se exposições narrativas para descobrir os motivos e a responsabilidade do suspeito de um crime. No contexto da medicina, a indução da história dos adoecimentos e das doenças do paciente tem função etiológica, e o psicoterapeuta de orientação psicanalítica procura, por esse caminho, chegar até o que foi recalcado pelo paciente.

Todas as funções da indução e escuta de narrações que se acabou de mencionar também podem, naturalmente, ser ampliadas ou aprofundadas no âmbito dos questionamentos científicos. É justamente com base na narração de histórias que a própria pessoa vivenciou que se pode avaliar de modo particularmente confiável o conhecimento natural do mundo da vida do narrador não só como narrador, mas também como agente no marco do contexto de problemas tematizados. Trata-se de um método que foi empregado, em alguns casos, por antropólogos (Kluckhohn, 1949; Hallowell, 1955, p. 97ss, 216-235), mas, até agora, infelizmente, foi muito pouco utilizado no contexto da sociologia. Além disso, a indução e escuta de narrações –sobretudo de narrações vivenciadas pela própria pessoa, pois nelas se expressa de maneira particularmente inequívoca o componente de atitude e valoração que faz parte das exposições narrativas (cf. Labov e Waletzky, 1973, p. 114-115)– é apropriada para descobrir e analisar síndromes de comportamento valorativo, constelações de interesses e formas discursivas ideológicas. Isto porque, nas narrativas, o falante não só é obrigado a reconstruir a cadeia dos acontecimentos vivenciados por ele mesmo ou por terceiros de acordo com o fluxo factual dos acontecimentos; mais do que isso, ele é obrigado a expressar as atitudes, posturas valorativas, interesses dos agentes e também seus próprios (quer se trate de vivências próprias do narrador, quer de terceiros) frente a

esses acontecimentos. Ocorre que só no nível da ação intencional os acontecimentos relatados recebem sua importância significativa dentro de todo o contexto narrativo da forma da história exposta, e o nível da ação intencional é justamente constituído pelas estruturas de relevância da ação e da experiência social que se expressam em motivações para a ação, atitudes e interesses (cf. Schütz, 1962, p. 9-10, 227-228, 283-286, 351; 1964, p. 102 n. 11, p. 235ss, 286-287). Sobretudo as tendências de manter aspectos encobertos em função de constelações de interesses, isto é, *grosso modo*, de formas discursivas ideológicas, são expressão da coerção imanente à exposição narrativa no sentido de explicar as atitudes e interesses do narrador: o encobrimento só é necessário onde existe uma coerção à explicação. É possível demonstrar que justamente os encobrimentos ideológicos estão ligados à tentativa de escapar da coerção à exposição narrativa (cf. Schütze, 1975b, seções 4.1 e 4.4 a). Infelizmente, a análise de narrativas ainda não foi empregada sistematicamente no contexto de uma pesquisa sociológica de interesses e ideologias a que se acabou de aludir.

5 Novas possibilidades de utilização da análise de histórias na sociologia

5.1 O interesse pela narração de histórias para se obter informações sobre diferentes competências de agregados sociais

Particularmente, os sociólogos se interessam por saber que qualidades –ou seja, “capacidades” no sentido de níveis de aptidão quantitativamente diversos, continuamente variáveis, e não no sentido de competências categoriais de que dispõe, em princípio, todo membro da sociedade que não sofra de uma deficiência intelectual grave (cf. Schütze, 1975a, seção 6.314)– membros de agregados sociais diferentes demonstram na ação linguística e extralinguística, no intuito de apreender analiticamente e pesquisar empiricamente as condições socioestruturais (incluindo as materiais) da ação social (Schütze et al., 1973, p. 469-473), bem como, os efeitos promotores ou redutores das capacidades que essas condições têm sobre a ação social. Visto que, nas narrações de histórias do tipo que colocamos em primeiro plano, as experiências próprias de ação e “sofrimento” precisam ser apresentadas retrospectivamente, faz sentido abordar aqui a questão das capacidades sociais relativas à técnica da indução e análise de narrações de histórias. É óbvio que as histórias a serem induzidas precisam ser comparáveis para efeito de análise da diferenciação das capacidades de agregados sociais diferentes. Entretanto, em princípio, só há comparabilidade quando as condições da

produção de narrativas e os conteúdos expostos das histórias são controlados.

Quanto à comparabilidade das *condições da produção de histórias* –desconsiderando a influência exercida sobre a produção de histórias pelo arranjo das conversas ou entrevistas (cf. Schütze, 1975b, seção 4.1)–, devem ser observados apenas os aspectos a seguir: as histórias a serem analisadas devem poder ser contadas por todos os informantes previstos sem inibições narrativas fundamentais, conquanto que tenham sido provocadas pelo ouvinte interessado, isto é, particularmente pelo entrevistador. Constrangimentos exagerados para narrar podem ser prevenidos especialmente se o ouvinte interessado ou entrevistador evitar uma forma de apresentação que desperte desconfiança; quando a temática proposta –após uma avaliação da característica social do informante e de sua situação de vida– não é “delicada” demais para este pessoalmente; quando ela é de interesse evidente para o meio social investigado. O constrangimento para narrar pode ser diminuído especialmente se a temática da narração é pessoal e relevante na atualidade em termos de orientação para o narrador, mas, mesmo assim, apresenta um certo caráter folclórico: manifestar-se sobre uma temática pessoalmente importante, que desperta interesse “moderado” ou oficialmente legitimado entre todos os parceiros no campo da investigação –uma temática em relação à qual todos deem suas gargalhadas– não pode ser perigoso.

A comparabilidade *de conteúdo* é atingida, em termos ideais, quando a mesma temática é colocada para todos os informantes. Entretanto, isso só se justifica se o tema proposto visa a uma constelação de acontecimentos que seja igualmente relevante para todos informantes a serem inquiridos. Esse é, para citar um exemplo, o caso de crises gerais que afetam, de modo central, todos os membros de uma sociedade local ou, de acordo com o tema da pesquisa, de importantes agregados sociais de uma sociedade local, como seus representantes políticos municipais; pode-se pensar aqui em temas como temporais devastadores, paralisações de minas, fusões de municípios etc.

A capacidade de análise do pesquisador social pode se ater a três níveis distintos de qualidades sociais dos agregados sociais a serem investigados e comparados:

1. Ela pode se voltar para a competência de efetivar as próprias *performances* narrativas. A pergunta central, neste caso, é a seguinte: até que ponto os narradores ou a totalidade dos narradores de um agregado social têm condições de processar retrospectivamente suas próprias experiências com acontecimentos sociais e transmiti-los comunicacionalmente? Se o que

estivesse em pauta fossem apenas o nível de capacidade e o estilo performático da fala em sentido mais estreito, esse questionamento coincidiria com uma das alternativas de pesquisa indicadas acima (“Material narrativo como corpus textual para questões extranarrativas...” com a análise de capacidades de *performance* discursiva nos moldes da escola de Bernstein). Mas a apresentação de histórias exige muito mais do que *performance* discursiva em sentido mais estreito.

Resumindo mais uma vez as reflexões da segunda seção:

Na narração de histórias, particularmente na narração de histórias pessoalmente vivenciadas, são recuperadas retrospectivamente e transmitidas comunicacionalmente experiências de alguém que viveu ou agiu (de fato ou ficticiamente) em um determinado universo social –sendo este último particularmente delineado por um horizonte temporal próprio e por um plano de expectativas geral específico (cf. Schütz, 1962, p. 230-233; Matthes e Schütze, 1973, p. 23)–, seja como experiências próprias, seja como experiências de outros. Ações e acontecimentos nesse tipo de universo social possuem, em termos gerais, uma dupla característica. Por um lado, ocorrem “nos trilhos” das regras de constituição formal desse universo social, ou seja, regras de constituição que se expressam no estilo cognitivo específico de um universo social. Para o universo existencial do trabalho cotidiano, mas não para o universo dos sonhos, parte-se, por exemplo, do princípio de que um problema central da ação social é a garantia da reciprocidade interacional (cf. Schütz, 1962, p. 244, 230), de que estas idealizações recíprocas como a possibilidade de troca dos pontos de vista e a congruência dos sistemas de relevância estejam asseguradas (cf. Garfinkel, 1973, p. 205, 254ss.; Matthes e Schütze, 1973, p. 25). O estilo cognitivo indicado é idêntico para todas as versões culturais do universo existencial do trabalho cotidiano, isto é, para todas as sociedades que existem de fato, seus contextos de vida especiais, seus subgrupos e agregados sociais. Nesse sentido, pode-se afirmar que se tratam de regras universais básicas de interação, as quais precisam ser dominadas por todos membros de uma sociedade humana que não sejam portadores de uma deficiência intelectual grave. Por outro, as ações e os acontecimentos de um universo social se orientam por regras de conteúdo normativo, registradas em um plano sócio-histórico de expectativas específicas para uma sociedade, uma esfera da vida ou um subgrupo (Matthes e Schütze, 1973, seção 3).

Visto que a narração de histórias intenta reconstruir retrospectivamente o transcurso dos acontecimentos dentro do respectivo universo social numa sequência de orações narrativas que corresponda ao transcurso real das experiências, mas que esse transcurso, como tal, só pode ser apreendido e

compreendido no marco das regras constitutivas e normativas do universo social, o narrador de histórias também precisa dominar as regras constitutivas e normativas, o nível da capacidade da ação social característicos do respectivo universo. Em outras palavras: até mesmo na primeira parte da tarefa da narração de histórias, isto é, a tarefa do processamento secundário de experiências, a competência narrativa pressupõe os estratos da competência comunicacional em sentido mais amplo (incluindo a competência social básica e interacional). Naturalmente, isso se aplica ainda mais à segunda parte da tarefa na narração de histórias, ou seja, à tarefa da transmissão comunicacional dos teores da experiência processada: para manter o ouvinte permanentemente interessado, o narrador precisa assumir o papel deste como ouvinte e desenvolver –para a estimulação e o controle dos impulsos de ação do ouvinte, particularmente para sua incorporação global no estilo da ação narrativa do narrador– um grau mínimo de capacidade comunicacional e de capacidade estratégico-interacional.

Visto que o narrador e o ouvinte não estão diretamente entretecidos no fluxo das ações expostas, o narrador precisa, além disso –especialmente para atualizar o transcurso de ações e acontecimentos e poder transmiti-los comunicacionalmente–, reconstruir e representar explicitamente os contextos temporais, espaciais, motivacionais e causais implícitos no transcurso das ações e acontecimentos. O narrador precisa, sobretudo, estar em condições de apreender de forma sistemática os contextos motivacionais e causais das atividades e acontecimentos a serem expostos –caracterizados pelas regras constitutivas e normativas específicas do universo social–, estabelecer uma relação entre eles, sustentá-los ao longo do transcurso da narração e apresentá-los de maneira “condensada”, eliminando fenômenos secundários destituídos de importância. O fato de o narrador expor a sequência de acontecimentos num contexto “histórico” global (real ou fictício), de relevância axiológica atual, faz com que ele, em todos os pontos decisivos –na introdução de novas unidades sociais, na explicação de motivos relacionados, na apresentação de pontos culminantes etc.–, produza valorações ou avaliações cuja efetuação comunicativa –especialmente em posicionamentos meramente alusivos, indiretos (cf. Schütze, 1975a, seção 10.14)– também precisa ser categorialmente dominada para que ele possa narrar. A isso está associada, por fim, a circunstância de que o narrador, em histórias que ele próprio vivenciou –sem que, via de regra, tencione e leve isso em consideração deliberadamente–, presta contas de seu próprio comportamento.

O cumprimento de todas as tarefas aqui indicadas no marco global da competência retrospectiva é possível em diversos níveis de capacidade e em

diversos estilos de *performance*. Faz sentido investigar diferencialmente agregados sociais (como, por exemplo, camadas sociais) com base nesse catálogo de qualidades, pois a competência retrospectiva é de importância decisiva para o ordenamento cognitivo do respectivo mundo da vida e está estreitamente ligada a competências para a ação fora de atividades narrativas (cf. acima). Primeiras análises levam a supor que agregados sociais se distingam consideravelmente no domínio *factual* dessa importante esfera de qualidades sociais – isto é, na “*capacidade retrospectiva*”, mas não no acesso categorial, “competencial” à mesma (cf. Schatzman e Strauss, 1955).

2. O pesquisador social pode se interessar também pelo *conteúdo* das capacidades de ação apresentadas na história, particularmente pelas capacidades do narrador e, em segundo lugar, também de outros parceiros interacionais que também figuram como agentes na história. Nessa perspectiva de pesquisa, questões como as seguintes são importantes: Até que ponto e de que forma os agentes podem planejar antecipadamente ações próprias e alheias? Até que ponto os agentes podem antecipar os motivos e interesses de parceiros interacionais e avaliar corretamente pressupostos socioestruturais da ação? Até que ponto os agentes podem manter aberto o plano geral de expectativas e sua orientação para a ação (incluindo orientações normativas) e adaptá-lo a situações de ação especiais que venham a ocorrer? Até que ponto o parceiro interacional dominante consegue liberar impulsos de domínio sem violar a igualitariedade básica da ação comunicativa no nível de desenvolvimento da sociedade humana? Até que ponto pode, inversamente, aquele que é inferior na interação, subtrair-se de pretensões de poder que violem qualquer igualitariedade fundamental? (cf., quanto às questões aqui indicadas, Garfinkel, 1973; Bohnsack, 1973, cap. 1; Matthes e Schütze, 1973, seção 3; Schütze, 1975a, seções 9.51, 10.1, 11.1, 11.6).

O esclarecimento de questões referentes ao “conteúdo”, isto é, a capacidades de ação “literais” ou extranarrativas que se expressam nas histórias narradas é possível, dependendo da situação informacional, isto é, dependendo da qualidade e disponibilidade de narrativas de histórias diversas e do material de observações e documentos primários. Para tanto, existem quatro caminhos que, em princípio, são diferentes, mas, ainda assim, via de regra, mutuamente ligados na prática do levantamento de dados.

A situação informacional é mais favorável quando o pesquisador dispõe de observações (ou observações parciais primárias) do transcurso dos acontecimentos narrados e das capacidades de ação empreendidas pelos envolvidos ou, ao menos, de documentos históricos ou textos do respectivo

período a respeito do transcurso dos acontecimentos e das capacidades de ação dos envolvidos (como correspondência, recortes de jornais, material audiovisual etc.). Nesse caso, o pesquisador pode, ao menos em parte, reconstruir primariamente, a partir da abrangência de sua própria atenção científica (quanto a essa concepção, cf. Schütze et al., 1973, p. 436-437), uma história (ou história parcial) do transcurso dos acontecimentos ou de uma parte do transcurso dos acontecimentos e avaliar as capacidades de ação liberadas, empreendidas pelos parceiros interacionais envolvidos na história. Assim, pode comparar a história (ou história parcial) criada por ele mesmo com as histórias obtidas dos informantes. Esse procedimento naturalmente só faz sentido quando as observações próprias e o material documental do pesquisador não estão completos e não são suficientemente autênticos para que o pesquisador possa construir uma história bem-acabada, incluindo as capacidades de ação dos atores envolvidos na história, a partir da abrangência de sua própria atenção científica, e/ou caso o pesquisador queira comparar sua própria perspectiva com a de pessoas que também vivenciaram a história (ou a vivenciaram posteriormente) para poder assumir um ponto de vista “mais objetivo”, isto é, que leve em consideração diversas perspectivas vivenciais.

Quando histórias são induzidas e contadas, isso naturalmente sempre é um sinal de que a situação informacional “direta” com base em observações próprias e documentos da época das ações e acontecimentos é insuficiente; do contrário, o pesquisador (ou uma outra pessoa interessada nas práticas cotidianas) não recorreria a histórias. E mesmo que o material textual da época da ocorrência esteja disponível de modo aparentemente completo, a indução e análise de histórias podem ser necessárias para colocar qualquer peça de texto atual em um contexto “histórico” global plausível. Isso se aplica especialmente à análise das capacidades de ação como aspectos específicos de pessoas daquele contexto global, já que, nessa primeira observação, “no calor da batalha” de sequências de ações efetivas, não é dada, muitas vezes, atenção a elas, com o intuito de concentrar toda a energia à apreensão da constelação de acontecimentos em si. Além disso, justamente o material documental costuma ser tão insuficiente que não se pode reconstruir a partir dele o “como” das ações transcorridas enquanto condição prévia para a atribuição de capacidades de ação. Pode-se, portanto, tirar a seguinte conclusão: visto que nas ciências sociais encontram-se, no primeiro plano do interesse, constelações de acontecimentos sócio-historicamente específicos que, ao menos em parte, já se passaram –mesmo que se queira meramente descrever estruturas atuais e suas funções, estas só podem ser apreendidas e vistas como plausíveis a partir de processos exemplares já passados–, a indução e análise de histórias passa

a ser, de um modo geral, um instrumento central de pesquisa. Por isso, faz efetivamente sentido perguntar até que ponto o pesquisador e cientista social pode reconstruir, sem depender de material de observações e documentos textuais da época da ocorrência, *unicamente a partir das histórias narradas* –que muitas vezes constituem o único aspecto de ligação entre a situação atual de pesquisa e o interesse nas constelações de acontecimentos passados–, as capacidades de ação dos parceiros interacionais envolvidos na história.

Além disso, não se deveria esquecer o ponto de vista de que também o pesquisador e cientista social, ao fazer a análise de material primário de observações e documentos, não faz outra coisa do que reconstruir a história de uma constelação de acontecimentos. E uma vez que toda narrativa de uma história aponta a perspectiva especial e os pontos de vista subjetivos do narrador, também o pesquisador e cientista social deveria, em princípio, comparar a história construída por ele próprio com histórias construídas por outros (leigos ou também cientistas) a respeito da mesma sequência de acontecimentos. Portanto, a análise de histórias não é somente um instrumento substitutivo de pesquisa nas ciências sociais quando o material primário é insuficiente, mas, ao mesmo tempo, um “instrumento de pesquisa de primeira opção”, que serve para aumentar a objetividade da perspectiva científica do pesquisador, isto é, transformar, de fato, a abrangência de sua atenção na mais ampla abrangência em relação à constelação de acontecimentos que são de interesse. Entretanto, para poder obter o ganho de objetividade por meio da comparação da própria “história científica” com histórias de terceiros, o pesquisador também precisa estar em condições de analisar aquelas histórias independentemente da história construída por ele mesmo. Essa necessidade metodológica se aplica principalmente à análise das capacidades de ação dos parceiros interacionais envolvidos na história, que, via de regra, só podem ser apreendidas numa “segunda olhada” para além da atenção que abrange a ação e vivência atual, em parte mais estreitas e em outra parte mais amplas, à qual, em última análise, também está submetida a observação participante como atividade do mundo da vida. E essa abrangência da atenção pode ser adotada particularmente na análise reconstrutiva de exposições narrativas.

Depois do que acabamos de indicar, parece fazer sentido deixar de lado aqui os prós e contras da análise primária de textos da época da ocorrência (com base em material de observações e documentos) e da análise secundária de narrativas, bem como de sua associação metodológica já realizada ou ainda possível (cf., porém, as formulações um tanto mais detalhadas em Schütze, 1975a, seção 9.8), limitando-nos apenas a perguntar como a análise secundária de narrativas deve ser realizada quando seu objetivo é avaliar *unicamente a*

partir de seu quadro – ou seja, sem recorrer a material primário de observações e documentos –, o conteúdo referente às capacidades de ação dos parceiros interacionais envolvidos na respectiva constelação de acontecimentos que interessam neste caso.

Assim como nas instâncias judiciais da polícia e do tribunal, o cientista social que realiza “investigações” de campo tem a possibilidade de induzir informantes diversos a uma narração sobre a constelação de acontecimentos que interessam e sobre as capacidades de ação que foram desencadeadas pelos envolvidos. Quando consegue fazer isso, o pesquisador pode comparar sistematicamente o conteúdo dos distintos “depoimentos de testemunhas” para verificar até que ponto os envolvidos X, Y, Z etc. desenvolveram, ou não, as capacidades de ação que são de interesse. Em princípio, existem dois caminhos para resolver essa questão: a análise do modelo de atividades factuais que foram relatadas; a análise das percepções sobre a capacidade de ação dos atores envolvidos X, Y, Z etc. expressas nas narrativas pelos narradores.

Ao seguir a primeira alternativa, o pesquisador tenta, inicialmente, reconstruir, a partir dos diversos relatos, um transcurso autêntico das atividades para cada um dos principais envolvidos que lhe interessam. Em seguida, ele examina as respectivas sequências de atividades para verificar em que nível de capacidade os atores principais envolvidos na história resolveram os problemas gerais da ação interacional levando a cabo as regras básicas da ação interacional (que indicamos anteriormente, ao estilo de um catálogo, nas seções “Competência comunicacional”, “Competência estratégico-interacional”, “Competência de explicação motivacional e explanação” e “Competência de avaliação e justificação” – cf. seção 2 deste artigo). Além disso, nesse contexto, o pesquisador deveria, no quadro de análise do respectivo transcurso de atividades, perguntar-se até que ponto o envolvido dá conta dos efeitos – em grande parte não antecipáveis – de estruturas sistêmicas abrangentes sobre o planejamento e a execução de suas próprias ações (condições sistêmicas heterônomas da ação – cf. primeira seção, acima). Algumas questões (em ordem aleatória e não científica) que se colocam aqui são as seguintes: até que ponto o ator que é objeto de interesse desenvolve uma motivação própria e explícita de suas ações? Até que ponto essa motivação em relação às ações é sustentada sistematicamente? Até que ponto o ator pode assumir sistematicamente as perspectivas de outros parceiros interacionais e levá-las constantemente em consideração ao planejar suas próprias ações? Até que ponto o ator que é objeto de interesse pode avaliar adequadamente as motivações dos outros parceiros interacionais e as atitudes destes para com ele (o grau de adequação pode ser, em princípio, controlado comparando-se as narrativas, contanto que

todos os atores principais sejam levados a narrar de modo independente uns dos outros!)? Até que ponto o ator está em condições de ajustar as intenções de suas próprias ações às de outros parceiros interacionais de maneira flexível (também isso pode ser controlado empiricamente de acordo com a situação, comparando-se diversas histórias em distintos níveis de desenvolvimentos do transcurso dessas histórias!)? Até que ponto o ator de interesse tem condições de diversificar a abrangência de sua atenção no planejamento das ações, o que significa particularmente o seguinte: por um lado, em situações de crise, poder analisar previamente de modo minucioso passos detalhados e, por outro, estabelecer uma relação das grandes tendências do desenvolvimento do sistema social com o planejamento de suas próprias ações a longo prazo? Até que ponto o ator tem condições de adaptar o roteiro geral de expectativas e as regras normativas pelas quais orienta sua ação à efetiva situação concreta das ações –que, afinal, sempre é diferente– em passos *ad hoc* espontâneos, sem, ao fazer isso, abrir mão do planejamento sistemático de suas próprias ações? Até que ponto pode manter seu plano de ação aberto para desdobramentos críticos que sejam novos, imprevisíveis, que se refletem no nível da ação efetiva como condições sistêmicas heterônomas da ação? Até que ponto tem a capacidade de fazer suposições detalhadas a respeito do que e de como transcorre algo em outras esferas de ação fora do raio de alcance de suas próprias ações e de como isso repercute em sua própria esfera de ação? Até que ponto está, em situações de planejamento da ação forçosamente contrafactual, em condições de empregar, ele próprio, práticas rotineiras tácitas para harmonizar as discrepâncias entre planos de ação e acontecimentos efetivamente ocorridos e de levar isso em consideração no caso dos outros? Até que ponto ele está em condições de evidenciar seus interesses como legítimos mediante referência a sistemas de regras universais e comprometer os parceiros interacionais relevantes a também levar esses interesses em consideração? Até que ponto tem condições de se subtrair a pretensões ilegítimas de poder através de protesto explícito mediante referência a sistemas de regras universais da ação igualitária e/ou através de práticas rotineiras tácitas? Até que ponto está em condições de apresentar e fazer valer como legítimas suas próprias pretensões de domínio sem violar as regras básicas da ação igualitária?

Naturalmente, em uma análise concreta não é possível se aprofundar em todas essas questões. Faz sentido analisar, ao conduzir uma investigação específica, apenas as dimensões de capacidades que, na constelação de acontecimentos coberta pela narração da história, são de especial relevância temática e constituem pressupostos para as “capacitações técnicas” que são especialmente necessárias nessa constelação de acontecimentos. Quando

se investiga, por exemplo, a história da fusão de municípios e suas repercussões sobre a política municipal, interessa analisar, entre outros aspectos, a capacidade para avaliar as motivações e interesses de outros parceiros interacionais e de fazer frente a condições sistêmicas heterônomas da ação (cf. Schütze, 1975b).

Sobre a segunda alternativa, a de poder avaliar, por meio da análise do conteúdo das histórias contadas, as capacidades de ação dos envolvidos na história, não há muito a dizer. Essa alternativa de análise parte das valorações ou avaliações realizadas a respeito dos atores atuantes na história e de suas contribuições para as ações que o narrador insere em sua narrativa. Especialmente quando são narradas histórias vivenciadas pelo próprio narrador, este introduz os personagens e as avaliações dos parceiros interacionais atuantes (ou justamente também contendores) na história de modo relativamente sistemático no contexto da ação da história, e geralmente faz isso mediante um marco avaliativo relativamente estereotipado em forma de um aposto colocado após a primeira menção do respectivo nome próprio. E, além disso, toda contribuição substancial à ação por parte dos respectivos parceiros interacionais ao longo da narrativa é acrescida de uma avaliação adicional, via de regra, com menos estilo de fórmula do que nas avaliações propostas por ocasião da primeira menção do nome. Torna-se, então, possível, em primeiro lugar, construir, para cada um dos atores principais envolvidos na história –por exemplo, com base na análise avaliativa de Osgood (cf. Osgood, 1959, p. 41-54)–, um grau médio de todas as avaliações expressas, seguido de graus específicos de avaliação para áreas de capacidades especiais e, em terceiro, perguntar se as avaliações são realizadas de forma polarizada segundo as facções efetivamente existentes no espaço de interação. Por fim, pode-se comparar os graus de avaliação apurados com as capacidades de ação “factuais” identificadas nas alternativas de pesquisa (a) e/ou (b).

Ora, naturalmente, também se pode imaginar o caso desfavorável em que o pesquisador só dispõe de uma *única* narrativa sobre a constelação de acontecimentos que lhe interessa e não vê possibilidade de fazer com que outros informantes narrem a respeito dessa constelação de interesses e de examinar comparativamente as narrativas assim obtidas com vistas às capacidades de ação dos atores envolvidos na história. Contudo, mesmo nesse caso desfavorável em termos de situação de levantamento de dados é possível uma análise das capacidades de ação efetivas, contanto que aquela única narração disponível seja a narração de uma história vivenciada pelo próprio narrador. No caso de histórias vivenciadas pessoalmente, também se pode examinar de um modo relativamente “formal” –isto é, de um modo que coloque o próprio

processo narrativo no primeiro plano de interesse – até que ponto o narrador, como portador da história e das ações, possui as mencionadas capacidades sociais para planejar ações, assumir papéis etc. Nesse caso, não interessam tanto as exposições materiais explícitas de ações e sua avaliação valorativa, mas questões capazes de verificar se a partir do fluxo da narração, ou seja, de elementos da estrutura narrativa, pode-se inferir que o narrador, como portador da história e das ações, poderia possuir essas capacidades. Perguntas relevantes nesse caso são as seguintes: o narrador leva em conta, em sua exposição, as intenções de seus parceiros interacionais? Pode-se perceber contradições em sua exposição? Ele consegue espelhar, no fluxo de sua exposição, suas seqüências de ações como concatenação e estrutura de atividades de longo prazo e levar em consideração as dos parceiros interacionais a longo prazo? Ele tem condições de apreender, ao menos alusivamente, na exposição narrativa, discrepâncias entre o relato de motivações e planos de ações passados, por um lado, e a exposição das respectivas conseqüências das ações, bem como de motivações e planos posteriores, modificados, por outro? Pode refletir ao menos rudimentarmente sobre essas discrepâncias e comunicá-las, ao menos de vez em quando, em tom irônico? Ao se examinar tais questões, pode surgir a dúvida se o narrador não silencia determinadas posições narrativas em casos específicos. Ele poderia, por exemplo, querer ocultar o fato de que conhecia as intenções de determinados parceiros interacionais no quadro interacional da história relatada para não ser responsabilizado, ainda *a posteriori*, por simplesmente dissimular os interesses de outros envolvidos. Abstraindo do fato de que em textos narrativos existem de fato, para dissimulações dessa e de outras espécies, indicadores especiais operacionalmente apreensíveis – como, por exemplo, a diminuição do grau de indexicalidade e narratividade da exposição (cf. Schütze, 1975b, 4.1 e 4.4 a) –, o que importa, no caso das questões mencionadas concernentes à forma da narração, é a capacidade *fundamental* do narrador de inserir, de modo repetido e sistemático, a exposição das perspectivas, motivações e interesses de outros agentes na estrutura de sua própria narração – independentemente de isso acontecer de fato em casos particulares.

Não existe na pesquisa social clareza suficiente com relação ao alcance e ao limite das inferências que podem ser realizadas a partir do nível de pesquisa apontado no item sobre a capacidade para a realização própria da *performance* narrativa para o nível de pesquisa apontado no item sobre a capacidade de ação material ou factual que se expressa nas narrativas. Com toda a certeza, as competências apontadas no primeiro são, em parte, independentes das capacidades do segundo nível. Deveria ser possível separar,

em termos analítico-operacionais, competências situadas na dimensão da *performance* discursiva efetiva, em sentido mais estreito, e na dimensão das aptidões narrativas (isto é, excluindo as duas outras esferas da competência retrospectiva: a competência para a explicação de motivos e para a explanação, bem como a competência para a avaliação e a justificação), das capacidades para a ação que se expressam no nível do conteúdo da exposição. Antes que isso seja tecnicamente exequível, podem-se, ao menos, reunir narradores distintos em agregados sociais de interesse (por exemplo em classes sociais; categorias profissionais; círculos de pessoas que exercem papel de formação; em conjuntos locais de políticos municipais de respectivos partidos e respectivos bairros ou regiões municipais) e esperar que diferenças –condicionadas por razões pessoais– na capacidade individual de *performance* discursiva e na capacidade narrativa individual se compensem. Assim se poderia, em termos de resultado final, apreender adequadamente a capacidade para a ação “factual” (extranarrativa) típica do respectivo agregado social por meio da análise das narrações de histórias reunidas segundo grupos de narradores específicos de cada agregado. Naturalmente esse recurso só pode ser empregado de maneira limitada, uma vez que, para agregados sociais bem específicos (como no caso das diversas classes sociais) existem perfis de capacidade e estilos de *performance* “contínuos” típicos de um agregado, justamente no que diz respeito ao processo *discursivo e narrativo*.

Abstraindo as insuficiências da operacionalização analítica dos dois níveis de competências, pode-se, porém, como já indicamos, formular, no nível da teoria básica, uma área de sobreposição de aptidões sociais que se aplica a ambos os níveis de análise (5.1 e 5.2): a área de sobreposição de aptidões sociais básicas, como a competência para figurar planos de ação, a competência de antecipar e levar em conta as intenções acionais dos parceiros de interação, a competência para adaptar o roteiro de expectativas geral às condições situacionais especiais da interação etc. Se um narrador só consegue ir ao encontro das necessidades de seus ouvintes de modo imperfeito na situação narrativa, então, também deve ter lhe faltado –contanto que não haja fatores perturbadores introduzidos pelo arranjo da entrevista– competência de assunção de papéis nas situações em que ocorreram as ações relatadas. Essa constatação é pertinente mesmo quando o pesquisador não se interessa por capacidades *gerais* para falar, narrar e agir, mas tão somente por capacidades sociais vinculadas a temas e a assuntos: por exemplo, narrar assuntos referentes à política municipal e agir factualmente na política municipal. Alguém que não conhece a política municipal por experiência de ação própria, mas apenas por meio de informantes ou da discussão pública, só poderá narrar de

forma precária os processos da política municipal e satisfazer as respectivas necessidades de informação dos ouvintes.

Entretanto, também se deveria levar em conta o caso em que o narrador –em função de seu envolvimento em constelações de interesses atuais que são tocadas tematicamente pela narração induzida– apresente uma disposição reduzida para a narração de temas vinculados a ele. Justamente para poder explorar os limites temáticos da disposição narrativa do informante e, por conseguinte, do envolvimento em interesses por parte do narrador, o pesquisador deveria dispor de um catálogo de aptidões que sejam comuns aos dois níveis de capacidades apontados acima: partindo-se da constatação de uma elevada capacidade geral de comunicação, retrospectção e ação, no caso da diminuição da aptidão ou disposição para narrar sobre determinadas temáticas parciais. Não se deveria concluir que haja uma redução parcial da capacidade para a ação vinculada à situação e ao assunto, mas uma transformação dessa esfera narrativa em tabu devido ao enredamento do informante nos interesses que estão em jogo.¹⁴

Referências

- ADLER, Franz. The sociology of religion as part of a generalized sociology of creative behavior. In: Joachim Matthes (Org.). *Internationales Jahrbuch für Religionssoziologie*. v. 3, Köln: Westdeutscher Verlag, 1967. p. 7-30.
- ARBEITSGRUPPE Bielefelder Soziologen (Org.). *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit*. Reinbek: rororo-Studium, 1973.
- BARTHES, Roland. *Mythen des Alltags*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1964.
- BARTHES, Roland. Introduction a l'analyse structurale des recits. *Communications*, v. 8, p. 1-27, s/d.
- BARTON, Allan H. *Communities in disaster*. Garden City: Doubleday, 1969.
- BERNSTEIN, Basil. Aspects of language and learning in the genesis of the social process. In: Dell H. Hymes (Org.). *Language in culture and society*. New York: Harper, 1964. p. 251-263.
- BOHNSACK, Ralf. *Handlungskompetenz und Jugendkriminalität*. Neuwied: Luchterhand, 1973.
- DANTO, Arthur C. *Analytical philosophy of history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- VAN DIJK, Teun A.; IHWE, Jens; PETÖFI, Janos S.; RIESER, Hannes. *Prolegomena zu einer Theorie des Narrativen*. In: Jens Ihwe (Org.). *Literaturwissenschaft und Linguistik*. Frankfurt am Main: Athenäum Fischer, v. 2, 1973. p. 51-77.

¹⁴ Uma técnica específica de entrevista deveria visar a colocar o informante repetidamente diante de tais situações-limite (cf. Schütze, 1975b, seção 4.1).

DUNDES, Alan. From etic to emic units in the structural study of folk-tales. *Journal of American Folklore*, v. 75, n. 296, p. 95-105, 1962.

DUNDES, Alan. *The morphology of North American Indian folktales*. Helsinki: Academia scientiarum Fennica, 1964.

GARFINKEL, Harold. Das Alltagswissen über soziale und innerhalb sozialer Strukturen. In: Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen (Org.). *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit*. Reinbek: rororo-Studium, 1973. p. 189-262.

GARFINKEL, Harold; SACKS, Harvey. On formal structures of practical actions. In: Jeff Coulter (Org.). *Ethnomethodological sociology*. Aldershot: Edward Elgar, 1990. p. 55-84.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Harper and Row: New York, 1974.

GRICE, H. P. *Logic and conversation*. In: P. Cole; J. L. Morgan (Orgs.). *Syntax and semantics*. v. 3: speech acts. New York: Academic, 1975. p. 41-58.

GÜLICH, Elisabeth. Erzählanalyse (Narrativik). In: *Linguistik und Didaktik*. v. 15, p. 325-328, 1973.

HABERMAS, Jürgen. *Zur Logik der Sozialwissenschaften*. Tübingen: Mohr, 1967.

HALLOWELL, A. Irving. *Culture and experience*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1955.

HAWKINS, P. R. Soziale Schicht, nominale Gruppe und Referenz. In: Detlef C. Kochan (Org.). *Sprache und kommunikative Kompetenz*. Stuttgart: Klett, 1973. p. 162-176.

HYMES, Dell H. Die Ethnographie des Sprechens. In: Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen. *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit*. Reinbek: rororo-Studium, 1973. p. 338-432.

IHWE, Jens (Org.). *Literaturwissenschaft und Linguistik*. 2 v. Frankfurt am Main: Fischer/Athenäum, 1973.

KLUCKHOLM, Clyde. Needed refinements in the biographical approach. In: S. S. Sargent; N. Smith (Orgs.). *Culture and personality*. New York: The Viking Fund, 1949.

KÖNGÄS-MARANDA, Elliund; MARANDA, Pierre. Strukturelle Modelle in der Folklore. In: Jens Ihwe (Org.). *Literaturwissenschaft und Linguistik*. v. 2. Frankfurt am Main: Fischer/Athenäum, 1973. p. 127-214.

LABOV, William. Phonological correlates of social stratification. In: John J. Gumperz; Dell H. Hymes (Orgs.). *The ethnography of communication*. *American Anthropologist*, Special Publication, v. 66, n. 6; parte 2, p. 164-176, 1964.

LABOV, William. The transformation of experience in narrative syntax. In: William Labov. *Language in the inner city: studies in black English vernacular*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972. p. 354-396.

LABOV, William; WALETZKY, Joshua. Erzählanalyse: mündliche Versionen persönlicher Erfahrung. In: Jens Ihwe (Org.). *Literaturwissenschaft und Linguistik*. 2 v. Frankfurt am Main: Fischer/Athenäum, v. 2, 1973. p. 78-126.

- LEVI-STRAUSS, Claude. Die Sage von Asdiwal. In: C. A. Schmitz (Org.). *Religionsethnologie*. Frankfurt am Main: Akademische Verlagsgesellschaft, 1964. p. 154-195.
- LEVI-STRAUSS, Claude. Die Struktur der Mythen. In: Claude Levi-Strauss. *Strukturelle Anthropologie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1967. p. 226-254.
- MATTHES, Joachim; SCHÜTZE, Fritz. Zur Einführung: Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit. In: Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen. *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit*. Reinbek: rororo-Studium, 1973. p. 11-53.
- MEAD, George Herbert. *Geist, Identität und Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1968.
- OSGOOD, Charles E. The representational model and relevant research methods. In: Ithiel de Sola Pool (Org.). *Trends in content analysis*. Urbana: University of Illinois Press, 1959. p. 33-88.
- PARSONS, Talcott. Social interaction. In: David L. Sills (Org.). *International encyclopedia of the social sciences*. v. 7. London: Routledge, 1968. p. 429-441.
- PROPP, V. *Morphologie des Märchens*. München: Hanser, 1972.
- SACKS, Harvey. On the analyzability of stories by children. In: John J. Gumperz; Deli H. Hymes (Orgs.). *Directions in sociolinguistics*. New York: Holt, 1972. p. 325-345.
- SACKS, Harvey; JEFFERSON, Gail; SCHEGLOFF, Emanuel. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974.
- SCHACHTER, Stanley; BURDICK, Harvey. A field experiment on rumor transmission and distortion. *Journal of Abnormal and Social Psychology*. v. 50, n. 3, p. 363-371, 1955.
- SCHATZMAN, Leonard; STRAUSS, Anselm. Social class and modes of communication. *American Journal of Sociology*. v. 60, n. 4, p. 329-338, 1955.
- SCHÜTZ, Alfred. *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt*. Wien: Springer, 1960.
- SCHÜTZ, Alfred. *Collected papers*. Den Haag: Nijhoff, 1962, 1964, 1966.
- SCHÜTZE, Fritz. *Sprache soziologisch gesehen*. München: Fink, 1975a.
- SCHÜTZE, Fritz. Zur Hervorlockung und Analyse von Erzählungen thematisch relevanter Geschichten im Rahmen soziologischer Feldforschung – dargestellt an einem Projekt zur Erforschung kommunaler Machtstrukturen. In: Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen. *Kommunikative Sozialforschung*. München: Fink. 1975b. p. 159-260.
- SCHÜTZE, Fritz; MEINEFELD, Werner; SPRINGER, Werner; WEYMANN, Weymann: Grundlagentheoretische Voraussetzungen methodisch kontrollierten Fremdverstehens. In: Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen (Org.). *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit*. Reinbek: rororo-Studium, 1973. p. 433-495.

SHIBUTANI, Tamotsu. *Improvised news: a sociological study of rumor*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1966.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet H.; JACKSON, Don D. *Menschliche Kommunikation*. Bern: Huber, 1969.

Aprovado em: 14 abr. 2014

Autor correspondente:
Fritz Schütze
Zschokkestraße 32
39104 Magdeburg - Alemanha